

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

MARCELO BORN DE JESUS

**APOSENTADORIA POR IDADE MISTA OU HÍBRIDA:
UMA (IM)POSSIBILIDADE PARA O TRABALHADOR RURAL E URBANO**

Florianópolis,
Novembro de 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

MARCELO BORN DE JESUS

**APOSENTADORIA POR IDADE MISTA OU HÍBRIDA:
UMA (IM)POSSIBILIDADE PARA O TRABALHADOR RURAL E URBANO**

Monografia Desenvolvida como requisito
para obtenção de título de bacharel em Direito
pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Professora Doutora Olga Maria
Boschi Aguiar de Oliveira.

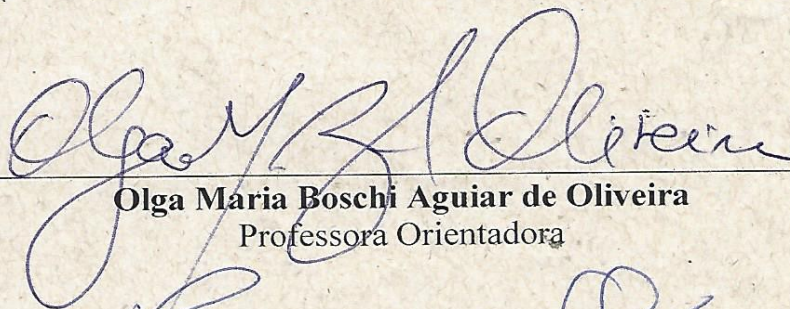
Florianópolis,
Novembro de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

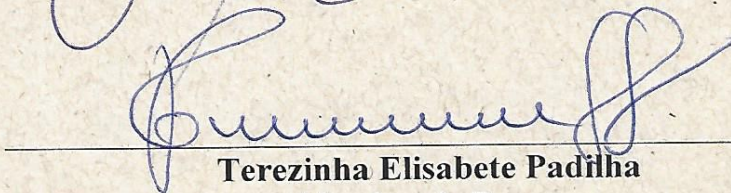
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**A (im)possibilidade da concessão do benefício de aposentadoria por idade mista ou híbrida**", elaborado pelo acadêmico **Marcelo Born de Jesus**, defendido em **10/12/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (DEZ), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

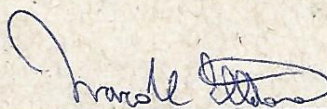
Florianópolis, 10 de dezembro de 2015.



Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira
Professora Orientadora



Terezinha Elisabete Padilha
Membro de Banca



Marco Antônio Vilatore
Membro de Banca

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho especialmente aos meus pais, Magda Ballejo Born e Adriano de Jesus, e meu irmão, Felipe Born de Jesus, pelos quais nutro imensurável amor. A eles minha eterna gratidão por toda a minha felicidade.

Agradeço à professora Doutora Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira pela dedicação e contribuição a este trabalho.

Agradeço ainda à professora Terezinha Elisabete Padilha, responsável pelo amor que nutro pelas matérias de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário, bem como por instigar e fomentar a pesquisa sobre o tema de monografia, sempre preocupada em me auxiliar no aprimoramento do trabalho.

Agradeço ao professor Doutor Marco Antônio César Villatore por aceitar em compor a presente Banca Examinadora.

Agradeço, ainda, a todos os meus amigos e colegas de curso, por sempre estarem presentes ao meu lado e caminharem comigo pelos sabores e sabores da vida acadêmica, em especial à Tainara Stalin Gimenes, Raul Vinícius da Silva, Fernanda Ruy e Silva, Heloísa Abatti, Thayse Goedert Pauli, Fernanda Damasco, Ana Paula Scussel, Diogo Salles, Marina Proner, Fábio de Faveri Fontana e Julia Guimarães.

Agradeço também à minha família, pelo apoio concedido.

Agradeço a Michel Weingartner Izaguirres por seu afeto comigo e por acompanhar-me nesta trajetória.

RESUMO

O presente estudo se concentrou na investigação dos aspectos históricos e principiologicos que norteam a Previdência Social Rural no Brasil, bem como das características atinentes aos trabalhadores rurais e as modalidades de aposentadoria por idade existente na Previdência Social, analisando-se os respectivos requisitos para concessão do benefício previdenciário e os meios probatórios da atividade rural exercida pelo segurado campesino. Constatando-se que a Seguridade Social passou a ampliar o seu âmbito de incidência aos trabalhadores rurais, ao Poder Público incumbe o resguardo dos interesses e direitos dessa população campesina. Nesse sentido, quando da promulgação da Lei nº 11.718/2008, com a consequente criação de modalidade própria de aposentadoria por idade híbrida ou mista, caberia aos Poderes Judiciário e Executivo conferir a esse benefício hodierno interpretação e aplicação que se coadunasse com os preceitos constitucionais, de forma a reconhecer o período de atividade rural desempenhado pelo segurado urbano ou rural, contando-se tal como carência para concessão da aposentadoria por idade mista ou híbrida.

Palavras-chave: Previdenciário, aposentadoria por idade mista ou híbrida, segurado urbano, segurado rural.

ABSTRACT

The present essay focused on the investigation of the historic and principle-oriented aspects which guide the Rural Social Security in Brazil, as well as the characteristics related to the rural workers and the arrangements of old-age retirement existed in Social Security, analysing the corresponding requirements to the granting of the social security benefit and the evidence of the rural activity practiced by the rural insured person. Observing that the Social Security began to expand its scope to the rural workers, the Public Authorities are charged to protect the interests and rights of that rural population. Hence, when it was promulgated the Act nº 11.718/2008, with the consequent creation of a own modality of retirement for hybrid-age, it would be up to the Judicial and Executive Authorities awarding to these current benefit interpretation and application that conciliated with the constitutional precepts, in order to recognize the period of rural activity performed by the urban or rural insured person, regarding that as a lack for the concession of the retirement for hybrid-age.

Keywords: Pension Law; Retirement for hybrid-age; Urban injured person; Rural injured person.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 Os Aspectos da Previdência Social.....	12
1.1 O Histórico da Previdência Social	12
1.2 Os Princípios Norteadores da Previdência Social.....	27
1.3 Fonte de Custeio da Previdência Social.....	31
2 A Aposentadoria por Idade	33
2.1 O Trabalhador Rural e o Trabalhador Urbano	33
2.2 A Aposentadoria Por Idade Rural e Urbana	39
2.3 Os Meios e Formas de Comprovação da Atividade Rural	46
2.4 A Aposentadoria por Idade Mista ou Híbrida	53
3 A (Im)possibilidade de Concessão do Benefício da Aposentadoria por Idade Mista ou Híbrida.....	59
3.1 A Exposição de Motivos da Lei nº 11.718/2008.....	59
3.2 A Interpretação e Aplicação da Lei nº 11.718/2008 pela Autarquia Previdenciária	62
3.3 A Controvérsia do Poder Judiciário na Interpretação e Aplicação da Lei nº 11.718/2008	66
3.4 A Contemporaneidade do Instituto Jurídico da Aposentadoria por Idade Mista ou Híbrida	73
CONCLUSÃO.....	80
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

Verificando os aspectos históricos da Previdência Social no Brasil, observa-se um progressivo avanço em prol aos interesses da população rural, uma vez que inúmeros institutos jurídicos preteritamente voltados aos segurados urbanos passaram a ser ampliados, de forma a acobertar os direitos dos segurados rurais.

Exemplo desse avanço social se deu com a Promulgação da Constituição de 1988, em que se reconheceu o direito à aposentadoria diferenciada ao segurado especial - modalidade própria de segurado obrigatório que se caracteriza por exercer atividades rurais em regime de economia familiar.

Não fosse apenas isso, outro princípio introduzido pela Constituição de 1988 dispôs acerca da igualdade na concessão de benefícios previdenciários aos segurados urbanos e segurados rurais, o que demonstra um alargamento no sistema previdenciário pátrio para cobrir os riscos sociais enfrentados pela população campestre.

Assim dispondo, à legislação previdenciária infraconstitucional caberia a instituição de benefícios previdenciários de forma a se coadunar com os preceitos constitucionais, ou seja, conferir ao sistema previdenciário rural autonomia e características próprias que lhe permitisse amparar a população rural tal como ocorria à população urbana.

Nesse sentido, reconhecendo-se que ao longo dos tempos a população campestre restou à margem do sistema previdenciário, a então instaurada Previdência Social Rural se formou de modo a resgatar esse período previdenciário em que a essa população não se conferiu os respectivos direitos previdenciários, uma vez englobada pela Assistência Social.

Logo, pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91, caracterizou-se o trabalhador rural como segurado obrigatório com características próprias, reconhecendo-se, ademais, requisitos autônomos para a concessão dos respectivos benefícios previdenciários, uma vez que verificado, na realidade campestre, dificuldades atinentes ao exercício por si exercido, bem como empecilhos à comprovação da atividade rural.

Essa realidade resta demonstrada em dois momentos, quais sejam, pelo reconhecimento da atividade desenvolvida pelo trabalhador rural ser árdua e mais desgastante quanto comparada à atividade urbana, assim reconhecida pela Constituição de 1988; e em um segundo momento, verificando-se que esse labor rural desempenhado não se prova,

comumente, através das contribuições previdenciárias vertida à Seguridade Social, como ocorre no labor urbano, motivo pelo qual se faz necessária a convalidação dessa atividade exercida por outros meios probatórios.

Mister, pois, o reconhecimento dessa peculiaridade do labor rural desempenhado pelo segurado especial a fim de ensejar uma análise diferenciada da atividade por si exercida, seja em âmbito administrativo ou judicial.

Dessa forma, considerando os aspectos históricos e principiológicos atinentes à Previdência Social Rural, aos Órgãos responsáveis pela concessão dos benefícios previdenciários rurais cabe interpretação que se coadune a esse sistema, a fim de que se harmonize com os preceitos constitucionais próprios.

Explanando as modalidades de aposentadoria etária atinentes aos segurados urbanos e rurais, delimitando-as segundo seus requisitos próprios, há-se de analisar a aposentadoria por idade rural como benefício previdenciário instituído em âmbito constitucional, ou seja, com importância diferenciada.

Nesse sentido, observa-se uma distinção quanto às duas modalidades de aposentadoria por idade conferidas aos trabalhadores rurais e segurados urbanos. Se, por um lado, tem-se que a aposentadoria etária urbana é concedida àquele segurado que verte determinado período de contribuição à Previdência Social, após atingir idade delimitada, por outro lado, observa-se que imprescinde, para concessão desse benefício ao segurado especial, de contribuições para a Previdência Social, sendo reduzida a idade para concessão do benefício retro, o que representa.

Ademais, a carência exigida em relação à atividade urbana se transmuda em efetivo exercício do labor rural quando se trata de segurado especial.

Assim, quando da criação de modalidade hodierna de aposentadoria por idade mista ou híbrida pela Lei nº 11.718/2008, aos Poderes Executivo e Judiciário caberia interpretação que se harmonizasse ao Sistema Previdenciário Rural então estruturado.

Porém, em primeiro momento, as modificações introduzidas pela Lei hodierna sofreram interpretação restrita, de modo a gerar insegurança jurídica no âmbito previdenciário rural, questão levada às últimas instâncias dos Órgãos administrativos e judiciais, ensejando análise detida desse novo instituto jurídico então criado para sua validação no sistema pátrio previdenciário rural.

Desse modo, suscitou-se controvérsia em âmbito da Autarquia Previdenciária quanto aos limites das modificações ensejadas pelo legislador infraconstitucional.

Ainda que se trate de nova modalidade de aposentadoria por idade mista ou híbrida, tendo por beneficiário direto o “trabalhador rural”, a divergência hermenêutica desse instituto jurídico se deu quanto aos pedidos feitos por segurados urbanos que pretendiam se utilizar do período preteritamente laborado na condição de trabalhador rural para deferimento do respectivo benefício previdenciário.

Assim, uma vez se tratar de modalidade de aposentadoria etário cujo beneficiário direto é o “trabalhador rural”, determinada vertente interpretativa consolidou o entendimento segundo o qual a Lei hodierna foi criada para tirar o segurado especial que, nesta condição requeressem o benefício previdenciário retro, do denominado “limbo previdenciário”, problemática em que o segurado exerceu, ao longo de sua vida, tanto atividade urbana e quanto atividade rural, de modo a não preencher os requisitos para concessão de cada modalidade de aposentadoria por idade considerada isoladamente.

Porém, em divergência a essa interpretação, o Órgão interno da Autarquia Previdenciária consolidou entendimento oposto, o que ensejou Parecer Jurídico da lavra da Advocacia Geral da União para resolução da controvérsia.

Contudo, ainda assim, no âmbito Judicial se verificou a mesma problemática, uma vez que as Turmas Recursais Federais de todo o território nacional assentavam entendimentos discrepantes entre si.

Diante da insegurança jurídica então instaurada, a questão foi levada aos Tribunais Superiores, recebendo interpretação harmônica ao Sistema Previdenciário Rural, bem como aos preceitos constitucionais atinentes a matéria.

Dessa forma, resta-se demonstrada a importância da discussão acerca do instituto jurídico conhecido como aposentadoria por idade mista ou híbrida, criada pela Lei nº 11.718/2008, ante a sua contemporaneidade no ordenamento jurídico pátrio, eis que envolta por controvérsias hermenêuticas, suscitadas ao longo de seu tracejo histórico, o que remete o interprete à verificação dos aspectos históricos e principiológicos norteadores da matéria para melhor entender a estrutura em que se permeia a modificação em questão.

Assim demonstrada, a sistematização desse instituto jurídico à estrutura previdenciária rural é medida que se impõe, uma vez se analisar, no cenário jurídico nacional,

elevada discrepância na interpretação e aplicação desse benefício previdenciário criado para beneficiar trabalhador rural e o respectivo labor por si empreendido.

1 OS ASPECTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Analisar-se-á, ao longo deste Capítulo, os aspectos históricos e principiológicos atinentes à Previdência Social no mundo ocidental, em especial quanto à estrutura previdenciária relacionada à população rural no cenário brasileiro, bem como a fonte de custeio desse sistema.

1.1 O histórico da Previdência Social

Definir Previdência Social é tarefa árdua que muito ocupa os estudiosos, porém necessária, pois sua delimitação como ramo próprio e autônomo do Direito permite uma abordagem mais lúcida das matérias tratadas por ela e garante uma correta caracterização de todos os institutos a si correlatos. Dessa forma, a definição desse ramo jurídico deve levar em consideração sua evolução histórica, adequando a sua aplicação ao cenário político, social e econômico brasileiro.

Conforme se analisará, a questão rural restou à margem do sistema securitário social durante longo período da história brasileira, mesmo que fosse efervescente o nascimento da Previdência Social no meio urbano. Desse cenário, o trabalhador rural teve tratativa própria na Seguridade Social, recebendo benefícios meramente assistenciais, em que não há contribuição para um Sistema de Seguro Social, motivo pelo qual há grande dificuldade por parte de inúmeros autores em incorporar os trabalhadores rurais em uma conceituação correta e atenta à realidade campesina de Previdência Social. Assim, por exemplo, o faz MARTINEZ, ao definir que o Direito Previdenciário:

é ramo de direito público disciplinador de relações jurídicas substantivas e adjetivas estabelecidas no bojo da previdência social pública ou privada, em matéria de custeio e prestações, objetivando a realização dessa técnica de proteção social.¹

Pelo conceito acima exposto, não é possível apreender o caráter social da Previdência Social, motivo pelo qual se adotará a seguinte conceituação de Seguridade Social, dada por IBRAHIM, definindo-a como:

a rede protetiva formada pelo Estado e por particulares, com contribuições de todos, incluindo parte dos beneficiários dos direitos, no sentido de estabelecer ações para o sustento de pessoas carentes, trabalhadores em geral e seus dependentes, providenciando a manutenção de um padrão mínimo de vida digna.²

¹ MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr, 2011, p. 37.

² IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário, 19. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014, p. 5.

Por certo, entre uma conceituação mais técnica, como é o caso de Martinez - que reconhece como característica precípua desse ramo do direito a formalidade - ou uma mais social, como seria a de Ibrahim, entende-se mais adequado ao tratamento que será conferido à Previdência Social um caráter mais abrangente, tendo em vista que se coaduna melhor com a realidade social.

Quanto ao seu contexto histórico, costuma-se atribuir o berço da Previdência Social a instituições de cunho mutualista que se tem notícia na Grécia e Roma antigas, havendo relatos de que durante a Idade Média certas corporações profissionais mantiveram seguros sociais para seus membros. Ressalta, porém, MARTINEZ³, que o cuidado religioso é a base histórica da assistência social, efervescente a partir do Cristianismo e do dogma de caridade.

Igualmente de caráter mutualista, considera-se⁴ que a Seguridade Social teve início no Brasil em 1543 com a implantação das Santas Casas de Misericórdia, montepios e sociedades beneficentes, todas de cunho particular, raramente subvencionadas pela Coroa de Portugal, como foi o caso da instituição do Montepio para a Guarda Pessoal de D. João VI, em 1808, com a finalidade de prestar serviços aos servidores da monarquia.

Entretanto, segundo TAVARES⁵ o marco legislativo da assistência social se deu na Inglaterra, em 1601, com a edição da conhecida *Old Poor Law*, que regulamentava a instituição de auxílio e socorros públicos aos que deles necessitavam, sobremaneira os indigentes e inválidos.

A Previdência Social, em sua origem, caracteriza-se como instituição social essencialmente assistencialista e de cunho privado, relegando o papel do Estado Nacional na tratativa dos riscos sociais a segundo plano, eis que instituições beneficentes exerciam essa tarefa, deveras influenciadas pelo pensamento religioso da época.

Após a Revolução Francesa de 1789 e diante da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o papel do Estado Nacional quanto à questão previdenciária ganha novos rumos, passando a dar maior importância às liberdades individuais - o que destoa da antiga assistência vinculada à solidariedade, suprimindo o papel das corporações -, ganha

³ MARTINEZ, W. N., 2011, p. 289.

⁴ TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social, 14. ed. Niterói: Impetus, 2012, p. 61.

⁵ Ibidem, p. 52.

força a laicização do Estado⁶, que com o constitucionalismo moderno e a derrubada do Antigo Regime passou a ser o Estado Liberal, do qual deriva um enfraquecimento da Igreja nas prestações assistenciais, bem como é declarado que o direito à assistência é reconhecido a todos, porém sendo este direito vinculado ao direito trabalhista, não recebendo autonomia própria⁷.

Ainda que não se tratasse anteriormente de um modelo genuíno de distribuição de renda, havia prestação efetiva de um grupo social, da Igreja, ou até mesmo do Estado Nacional - de forma subsidiária -, o que passa a ocorrer de forma suprimida com a Revolução Francesa.

Mesmo que à sua maneira, a evolução histórica da Previdência Social no Brasil se deu de forma semelhante ao que acontecia no resto dos países de tradição francesa e inglesa. Assim, se de início se tratava de ato voluntário de caridade, praticado substancialmente em torno de pequenas comunidades ou pelos entes religiosos, passou a ser formado por planos de setores laborais, enfim chegando à intervenção cada vez maior do Estado Liberal a partir do Século XIX.

Conforme salienta BRITO, que as “questões atinentes à proteção social, embora ainda não consagrada a expressão ‘Seguridade Social’, existiram desde a primeira Constituição brasileira, outorgada em 25 de março de 1824”⁸, pelo Imperador D. Pedro I.

Essa Constituição do Império do Brasil previu, em seu art. 179, XXXI, os socorros públicos, podendo ser considerada, segundo KERTZMAN⁹, o primeiro ato securitário com previsão constitucional no país.

Destaca-se que posteriormente o Código Comercial de 1850 dispôs um tipo de seguro desemprego concedido ao empregado pelo período de três meses no caso de ocorrência de acidentes imprevistos e não havendo culpa por sua parte.

Cabe lembrar, por outro lado, que na Alemanha sob o comando do Chanceler Otto Von Bismarck-Schonhausen - e em benefício dos trabalhadores da indústria, cujos salários fossem inferiores a um certo limite -, foram promulgadas três leis fundamentais

⁶ Conforme se verifica do aspecto histórico atinente ao período que se antepõe à Revolução Francesa, observa-se que o Estado dominado pela Igreja relacionava a Seguridade Social como Assistência Social concedida às populações hipossuficientes, o que passará a ocorrer em menor grau ante à iminência do Estado Liberal e seus preceitos norteadores.

⁷ TAVARES, M. L., 2012, p. 53

⁸ BRITO, Joana de. A seguridade social nas constituições brasileiras: origem e evolução histórica. Revista de Direito Social – ANO IX – JAN./MAR. 2009 – Nº 33. p. 53.

⁹ KERTZMAN, Ivan. Questões comentadas de direito previdenciário. Salvador: JusPodivm, 2013, p. 28.

sobre Seguro Doença – em 1883 -, Seguro de Acidentes do Trabalho – em 1884 - e Seguro de Invalidez e Velhice – em 1889.

Segundo TAVARES¹⁰, em sua estrutura jurídica, os Seguros Sociais se bastavam nos modelos privados conhecidos de proteção individual, ou seja, seguros de natureza mutualista. Contudo, tais leis diferenciavam-se da antiga estrutura previdenciária pelo fato de abranger determinados grupos profissionais ou certas categorias de pessoas de forma obrigatória e com base na coletivização dos riscos.

No mesmo ano dessa evolução previdenciária ocorrida na Europa, a recém-instaurada República brasileira a partir de 1891, ao contrário do que se poderia pensar, começa de maneira melancólica no avançar da questão de política social, elitista em seu desprezo à conscientização popular¹¹.

Importante consideração faz CORDEIRO ao expor que:

É cediço que um sistema de Previdência Social só é viável quando corresponde inequivocamente a uma forma específica de intervenção do Estado na ordem econômica e social. Medidas de proteção esparsas sob a influência liberal não constituem um sistema previdenciário porque não demonstram que o Estado assumiu qualquer encargo ou responsabilidade.¹²

Nota-se que o tratamento da questão previdenciária sequer era concebido constitucionalmente, sendo ela positivada apenas em Leis esparsas, explicitando resquícios do pensamento liberal que não aceitava o papel do Estado Liberal como agente ativo na concretização das finalidades sociais esculpidas na Constituição.

Da mesma forma, tampouco houve inovação na matéria previdenciária pela Constituição Republicana de 1891, sendo por essa assegurada apenas os socorros públicos em caso de calamidade¹³. Dispunha seu art. 75 que a aposentadoria só poderia ser concedida a funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação, porém sem contribuição. Dessa forma, pela primeira vez é prevista pela Constituição a expressão "aposentadoria", apenas concedida a funcionários públicos e em caso de invalidez.

Durante o período de 1883 até o ano de 1898, com a criação, na França, de lei que previa responsabilidade sem culpa e cobertura padronizada integrante do contrato de trabalho, os acidentes ocorridos em âmbito laboral deveriam ser comprovados pelo

¹⁰ TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social, 14. ed. Niterói: Impetus, 2012, p. 53.

¹¹ CORDEIRO, Marcel. Previdência social rural. Campinas: Millenium Editora, 2008, p. 14.

¹² Ibidem, p. 16.

¹³ Ibidem, p. 15.

empregado que os sofreu, devendo demonstrar-se, ainda, a culpa do empregador, pois do contrário não se faria jus à percepção de seguro.

Trata-se da falta de uma compreensão do que seja justiça social, ainda mais considerando a inércia do Poder Estatal em não cobrir os danos suportados pelo trabalhador. Caso assim não restasse comprovado, ao empregado restaria tão só pleitear benefícios por vias assistencialistas.

Em relação às Constituições Ocidentais, a primeira a incluir a previdência em seu bojo foi a do México, de 1917, considerada a primeira Constituição Social do mundo, seguida da alemã de Weimar – em 1919¹⁴.

Por outro lado, após mais de duas décadas da criação, na França, da responsabilidade sem culpa a ser coberta pelo empregador no caso de acidentes laborais, o Brasil edita, em 1919, a Lei nº 3.724, que instituiu o seguro obrigatório de acidente do trabalho, bem como uma indenização a ser paga pelos empregadores nesses casos.¹⁵

Ainda sob a égide da Constituição de 1891 foi editada a Lei Eloy Chaves, pelo Decreto-Legislativo nº 4.682/1923, o qual determinava a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões para os ferroviários.¹⁶

Cabe destacar que, por ter instituído o Dia da Previdência Social, referida legislação é considerada por inúmeros autores como o marco jurídico para a Previdência Social no país, responsável pelo tracejo da implantação da Previdência Social brasileira como um sistema efetivo de proteção, além de impor uma característica até hoje existente, qual seja, de administração colegiada. Porém, pela quase ausência de atuação do Estado na organização e administração dessas Caixas de Aposentadoria e Pensão, vinculadas a empresas e de natureza privada, bem como pensado o sistema protetivo apenas para funcionários públicos, há forte crítica por parte de alguns doutrinadores, os quais visualizam como marco previdenciário brasileiro a implementação dos Institutos Públicos de Aposentadoria e Pensão – IAPs -, criadas na década de 30, em que se constata uma concreta atuação do Estado.

Após a Revolução de 1930, com o início do governo de Getúlio Vargas, tem-se ampla reformulação dos regimes previdenciários e trabalhistas, caracterizada por uma maior intervenção estatal, fazendo com que as empresas privadas, que até então geriam e

¹⁴ TAVARES, M. L., 2012, p. 54.

¹⁵ Ibidem, p. 54.

¹⁶ Ibidem, p. 61.

administravam a questão previdenciária de seus funcionários, deixasse de exercer esse papel, passando a ser desempenhado pelo Estado. Em suma, nesse período se verifica a transição das antigas Caixas de Aposentadoria e Pensão para os Institutos de Aposentadoria e Pensão.

Segundo Ibrahim,

não seria exagero considerar a criação do IAPM como o marco inicial da previdência brasileira, já que somente neste momento tem-se de modo evidente a participação e o controle do Estado sobre o sistema securitário de nosso país.¹⁷

O que ocorre, a partir de 1930, é a unificação das antigas Caixas de Aposentadoria e Pensão em IAPs, sendo que até o início dos anos 50 já havia quase uma total abrangência nesse seguro instituído pelo Estado por parte da população urbana assalariada, com exceção dos trabalhadores domésticos e autônomos.

A Constituição brasileira de 1934 trouxe a primeira menção expressa aos direitos previdenciários, prevendo o custeio tripartite entre os trabalhadores, empresas e Estado, ideia enraizada até os dias atuais.

Essa previsão constitucional teve grande importância na efetivação da Seguridade Social às classes trabalhadoras, conforme assinala CORDEIRO¹⁸, eis que o Estado inicia a execução de políticas sociais, emergindo, a partir de então, ideários voltado aos problemas sociais. Concomitantemente a esse avanço, buscava-se atingir uma delimitação clara entre o que viria a ser a Previdência Social e a Assistência Social, distinguindo-as quanto a sua área de atuação. De um lado, os benefícios previdenciários eram concedidos aos moldes de um sistema de seguro puro e simples, desobrigando-se da prestação de serviços de natureza assistencial, exigindo, para tanto, uma contrapartida dos sujeitos a ele vinculados. De outro, a atuação da Assistência Social cada vez mais se restringia a prestação de serviços de caráter não pecuniário.

Nesse sentido, segundo CORDEIRO, a noção de Seguridade Social se desenvolvia junto à ideia da erradicação das necessidades sociais,

rompendo com a ideia de Previdência Social como seguro e propondo a implementação de um sistema em que cada um contribuiria (podendo mesmo não contribuir) conforme a sua capacidade, assegurando a cada cidadão em estado de necessidade um mínimo necessário à sua sobrevivência e bem-estar.¹⁹

¹⁷ IBRAHIM, F. Z., 2014, p. 58.

¹⁸ CORDEIRO, M., 2008, p. 20.

¹⁹ CORDEIRO, M., 2008, p. 26.

Conforme TAVARES²⁰, o termo "seguro social" apareceu pela primeira vez na linguagem jurídica no *Social Security Act* Americano, em 1935, representando uma gama de diversas medidas de seguro e assistência social, com proteção mais ampla ao modelo Bismarckiano. Por sua vez, esse mesmo termo foi utilizado pela primeira vez no Brasil pela Constituição de 1937, outorgada em pleno Estado Novo.

Com a conjuntura política vivida à época, há de se distinguir duas concepções de Estado, o que em muito diferencia a abordagem feita da Previdência Social e de como ela é pautada perante a sociedade em que se vive.

Na concepção Liberal, o Estado tem um papel passivo, intervindo de maneira mínima tanto na economia quanto na condução de políticas sociais. Porém, esse papel inativo do Estado permitiu desenvolver uma série de desigualdades sociais, dando azo a uma nova política intervencionista em prol à igualdade material. Conforme salientam LEITÃO e MEIRINHO,

a necessidade de intervenção visando à redução das desigualdades geradas pela Revolução Industrial e pelo modo de produção capitalista fez com que o Estado deixasse de ser um ente absenteísta para se transformar em um agente ativo na ordem econômica e social.²¹

Se o Estado Liberal se estruturava a partir do preceito da liberdade individual, a realidade vivida à época demonstrava que esse princípio da Revolução Francesa em nada ia além de um preceito normativo codificado, vez que grande parte da população não gozava de um mínimo de bem-estar social, vivendo em um Estado socialmente injusto e desigual. Afirma CORDEIRO que "enquanto se dizia candidamente que todos os homens são iguais perante a lei, a maioria deles morria de fome".²²

O início da ruptura ao pensamento liberal se deu, no plano de Previdência Social, Saúde e Assistência, a partir do Relatório Beveridge²³, baseado na dignidade da pessoa humana e nos princípios da solidariedade, equidade, generalidade, universalidade, entre outros e produzido por uma Comissão interministerial presidida por Sir William Beveridge, apresentado na Inglaterra em 1942, conhecida como a origem da Seguridade Social, na medida em que o Estado tomava para si o objetivo de assegurar a sociedade, como um todo, dos riscos sociais, e isso tendo por base a previdência, a saúde e a assistência social. Há, no

²⁰ TAVARES, M. L., 2012, p. 55.

²¹ LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. Manual de direito previdenciário. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 29.

²² CORDEIRO, Marcel. 2008, p. 6.

²³ BEVERIDGE, Sir William. Social insurance and allied services. London: His Majesty's Stationery Office, 1942. Disponível em: < <http://www.scielo.org/pdf/bwho/v78n6/v78n6a17.pdf> >. Acesso em 14/10/2015.

Relatório em questão, uma grande influência das ideias keynesianas de intervenção estatal na economia, que externaram a necessidade da ação estatal concreta como garantidora do bem-estar social.

Marcelo Cordeiro resume o Relatório Beveridge da seguinte maneira:

É um esquema abrangente para seguro, que cobre todos os cidadãos, sem limite de rendimento, e incorpora seis princípios: uma taxa uniforme de benefício de subsistência; uma taxa uniforme de contribuições; unificação da responsabilidade administrativa; benefício adequado para prover, em todos os casos normais, um mínimo de rendimento, que continuará indefinidamente enquanto a necessidade assim o exigir; abrangência, i. e. ele cobrirá todos os riscos de forma geral e uniforme a fim de que o seguro social possa ser justificado; classificação, i. e. enquanto cobrir todos os cidadãos, independentemente dos motivos, o esquema tomará conta dos diferentes setores da comunidade, tais como empregados, autônomos, donas de casa, etc. [...] ²⁴

Em síntese, a tentativa de atribuir um novo papel ao Estado é de ampliar a responsabilidade quanto à concessão, organização e gestão dos serviços da Seguridade Social, que se realizará como agente ativo, interventor, fiscalizador e regulamentador.

Porém, o pensamento da época não permitia que essa nova política social que demandava um papel muito mais intervencionista do Estado fosse levado a efeito em uma sociedade marcada pelos ideários liberais e capitalistas.

Há-se de considerar a época em que foi realizado esse Relatório, qual seja, no ápice da Segunda Grande Guerra, em que o antigo sistema Previdenciário e Social restou falido diante das novas conjecturas políticas que então se formavam nos países Europeus. A pobreza que assolava as grandes nações, somada às necessidades sociais dos cidadãos por conta da debilidade consequente à guerra em muito influenciaram a transformação que ocorreram a partir de então.

Se, no Estado Liberal se tinha uma omissão no que concerne à Previdência Social de um modo universal e solidário, os modernos Sistemas de Previdência e Seguridade Social partem da ideia de um Estado responsável pelos riscos sociais enfrentados por sua população para além da tradicional atuação nas áreas de assistência social e saúde - até mesmo ampliando estas -, de modo a conferir maior gama de benefícios sociais à população.

Até o século XIX não se reconhece o benefício social como direito subjetivo do cidadão, pois, conforme salienta IBRAHIM "não havia a ideia desenvolvida de que os pobres deveriam sair da pobreza". ²⁵

²⁴ CORDEIRO, Marcel. 2008, p. 10.

²⁵ IBRAHIM, F. Z., 2014, p. 6.

Interessante verificar que juntamente com a evolução da Seguridade Social no mundo ocidental, percebe-se uma intervenção cada vez mais nítida do Estado no plano econômico e social dos países, proporcionando, de maneira mais efetiva a da população contra os riscos sociais.

O papel exercido pelo Estado na concepção desse novo modelo é muito bem sintetizado por IBRAHIM, que expõe:

Neste momento, tem-se o nascimento da prestação previdenciária como direito público subjetivo do segurado. A partir do instante em que o Estado determina o pagamento compulsório de contribuições para o custeio de um sistema protetivo, o segurado pode exigir, a partir da ocorrência do evento determinante, o pagamento de seu benefício, não sendo lícito ao Estado alegar dificuldades financeiras para elidir-se a esta obrigação.²⁶

Já em 10 de dezembro de 1948 foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral da ONU, que utilizou a fórmula inaugural da Declaração de Direitos do Povo de Virgínia, de 1776, não distinguindo Previdência Social de Assistência Social, tratando-os conjuntamente pela previsão de proteção em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistências, bem como assistência durante a maternidade e infância.

Outro documento central para a tratativa de Direito Humanos se encontra esculpido no Pacto de San Jose da Costa Rica de 1969, em que não há criação de direitos de gozo direto pelos indivíduos ou qualquer meio de exigibilidade dos direitos sociais e culturais. Ademais, a Previdência Social sequer mereceu referência.

Poucos anos após, a Organização Internacional do Trabalho – OIT -, criada em 1919, adota a Convenção nº 102, em 28 de junho de 1952, conhecida como normas mínimas de Seguridade Social, demonstrando o caminho que passa a ser trilhado pelos países de origem Europeia em busca da Segurança Social.

Na definição da OIT, conceitua-se a Seguridade Social como

proteção social que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que, de outra maneira, provocariam o desaparecimento ou forte redução dos seus rendimentos em consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, enfermidade profissional, emprego, invalidez, velhice e morte, bem como de assistência médica e de apoio à família com filhos.²⁷

²⁶ Ibidem, p. 46.

²⁷ IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2007) Políticas sociais: acompanhamento e análise. Nº13. Brasília. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/BPS_13_completo13.pdf>. Acesso em 12/11/2015.

Até então não prevista no sistema pátrio brasileiro, salvo pela referência aos tratoristas e condutores profissionais de veículos motorizados utilizados em serviços urbanos, rurais e de estradas pela Lei nº 1.824/1953, a Previdência Social Rural tem seu início a partir da promulgação da Lei nº 2.613/1955, a qual criou o Serviço Social Rural - SSR -, entidade autárquica subordinada ao Ministério de Agricultura e tendo por finalidades uma gama de ações e prestações que ultrapassavam os limites da Seguridade Social. Não se tratava, conforme assevera CORDEIRO²⁸, de autêntica prestação previdenciária, mas sim de entidade com roupagem profundamente assistencial.

Correta é a crítica de que referida lei poderia ter ido além de seu aspecto estritamente assistencialista e social, acobertando, também, os trabalhadores camponeses no tratamento dos riscos sociais, como o fazia a Previdência Social Urbana à época.

Não há de se negar, contudo, a importância desse salto impetrado pelo legislador de 1955 no tratamento das questões securitárias rurais, uma vez reconhecer ao trabalhador camponês maior necessidade protetiva e, conseqüentemente, trato diferenciado, característica que perpetua toda a evolução histórica da Previdência Social Rural no país.

A discussão sobre a questão previdenciária na seara rural se deu apenas entre os períodos compreendidos de 1960 a 1988, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL - e as transformações ocorridas no Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL -, com a Lei Complementar nº 11/1971.

Ao longo da evolução da Seguridade Social no Brasil, percebe-se que a população rural foi colocada à margem da proteção aos riscos sociais, ainda que vultuosa essa população camponesa nos períodos de crescimento das modernas concepções previdenciárias. Foi apenas em 1963, por meio da criação da Lei nº 4.213 e conseqüente disposição sobre o Estatuto do Trabalhador Rural que o setor rural foi contemplado com essa proteção social.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI -, criado pela Lei nº 4.213/1963, diferentemente do SSR, cuidava da arrecadação do FUNRURAL e oferecia serviços ou benefícios aos segurados rurais e seus dependentes, expressos por assistência à maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou velhice, pensão aos beneficiários em caso de morte, assistência médica e auxílio-funeral.

²⁸ CORDEIRO, M., 2008, p. 30.

Segundo entende CORDEIRO "de certa maneira, com a criação do IAPI, estreitou-se o universo de finalidades atreladas ao SSR e abriu-se verdadeiro caminho à Seguridade Social".²⁹

Sob o nome de Regulamento da Previdência Social Rural, em 1963 foi aprovado o Decreto nº 53.154 para execução do disposto nos arts. 55 e 158 a 174 do Estatuto do Trabalhador Rural.

Conforme bem exposto por LEITÃO,

O Decreto-Lei nº 564, de 1º de maio de 1969, estendeu a Previdência Social ao trabalhador rural, especialmente aos empregados do setor agrário da agroindústria canavieira, mediante um plano básico, sendo que o Decreto-Lei nº 704, de 24 de julho de 1969, ampliou o plano básico de Previdência Social Rural. Ainda em relação ao meio rural, a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL, em substituição ao plano básico de Previdência Social Rural.³⁰

Segundo CORDEIRO³¹, os programas firmados pelo Estatuto do Trabalhador Rural e o Plano Básico não produziram resultados satisfatórios, eis que a questão previdência rural estava associada indistintamente à reforma agrária, o que em muito dificultava uma análise estrutural dos problemas campestres. Necessária se fazia a delimitação entre esses dois campos, o que foi realizado pelo Decreto nº 1.146/1970, apartando os problemas da colonização e da reforma agrária das prestações de natureza puramente previdenciária.

Na década de 70, criou-se o Pró-rural, seguida pela organização do SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social -, destinado a integrar as atividades da previdência social, da assistência social, da assistência médica e da gestão financeira e patrimonial das diversas entidades ligadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social, extinguindo-se o antigo FUNRURAL, qual foi absorvido pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, passando este a administrar os benefícios e serviços devidos aos trabalhadores rurais, representando profunda alteração administrativa. Ademais, a partir do Decreto nº 83.081, aprovado em 1979, detalhou-se assuntos afetos à previdência social rural, operacionalizando-a e conceituando os beneficiários da previdência social rural, bem como seu sistema de custeio.

Conforme visto, a concepção bismarckiana que prevaleceu no Brasil durante muitas décadas fez com que os trabalhadores rurais não fossem abrangidos pelo sistema

²⁹ CORDEIRO, M., 2008, p. 30.

³⁰ LEITÃO, A. S., MEIRINHO, A. G. S., 2014, p. 37.

³¹ CORDEIRO, M., 2008, p. 33.

securitário social ao longo de anos, ficando à margem dos ricos sociais, de forma que apenas aqueles que contribuísssem para a Previdência Social, na condição de trabalhador urbano, fariam jus à contraprestação Estatal, restando aos trabalhadores camponeses apenas auxílios assistenciais.

Dessa dissonância social surge a questão de que toda a legislação brasileira atinente ao Seguro Social foi voltada, quase que exclusivamente, à proteção dos trabalhadores urbanos, sendo válida a crítica de que até os dias atuais há resquícios desse tratamento diferenciado, e do aspecto preponderantemente assistencial dos benefícios concedidos aos trabalhadores do campo.

A Constituição de 1988 trouxe uma nova estrutura previdenciária para o país, unificando a previdência, saúde e assistência social na moderna definição de Seguridade Social.

As mudanças e as reestruturações que então ocorriam na Europa foram de grande guarida aos atuais pensamentos norteadores da Previdência Social contemporânea, eis que daí surgiu uma série de princípios até hoje utilizados nas Constituições moderna, em especial a Constituição brasileira de 1988.

Seguridade Social foi expressão adotada pela primeira vez pelo Constituinte de 1988, recebendo inúmeras críticas por pensadores de viés liberal pela gama de ações que abrangia e também pelo fato de "seguridade" não ser a melhor terminologia a ser empregada, mas sim "segurança".

Porém, tal crítica terminológica não merece guarida, uma vez que a "segurança jurídica" no Estado Liberal se limitava a uma acepção meramente formal, com previsibilidade e certeza do direito. A nova terminologia, assim, conforme destaca IBRAHIM, “passa também a englobar a garantia de direitos sociais mínimos. Daí a transição da segurança jurídica típica dos Estados liberais para a segurança social, ou seguridade social, característica do Estado Providência”.³²

Essa definição menos formalista e mais preocupada com a efetivação dos direitos materiais é acolhida até mesmo pela Constituição de 1988, que dispõe, em seu art. 194, *caput*: "a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos

³² IBRAHIM, F. Z., 2014, p. 5.

Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".³³

Somente com o Protocolo Adicional de São Salvador, de 17 de novembro de 1988, que os Direitos Sociais foram tratados de maneira mais abrangente na América. Distinguindo a Assistência Social da Previdência Social, esse documento avança no sentido em conferir também aos não trabalhadores proteção previdenciária.

Um dos objetivos norteadores da Seguridade Social, traçado pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 194, II, é a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações e urbana, em conformidade ao princípio da isonomia entre esses trabalhadores. Porém, tal inciso da Constituição deve ser analisado em consonância à evolução histórico-principiológica sofrida pela previdência social nesses dois setores.

A questão previdenciária rural foi posta à margem do crescimento da Seguridade Social no país, passando a integrar seu sistema apenas no ano de 1955 com a criação do Serviço Social Rural. Até então, o setor campestre foi esquecido do cenário securitário há muito já existente em relação aos segurados urbanos. Dessa forma, ao mesmo tempo em que não se visualizava o trabalhador campestre fazendo parte do sistema previdenciário, relegava-o à prestação da assistência prestada pelo Estado.

É de se notar que a estrutura previdenciária rural, nos moldes brasileiros, ou seja, com contribuição previdenciária pelo segurado, é recentíssima no país, datando de 1991 com a promulgação da Lei nº 8.212, sendo que até então o mero exercício da atividade rural já dava ao segurado rural o direito subjetivo de receber os auxílios previdenciários do Estado. Com as inúmeras transformações políticas e sociais ocorridas em torno da figura campestre quanto à Previdência Social e Assistência Social, delimitá-la como idêntica à estrutura há muito já construída do segurado urbano seria um flagrante retrocesso social, em total dissonância aos princípios que regem a matéria pela Constituição. Dessa forma, reconhecendo-se a evolução rural em matéria previdenciária, cabe aos legisladores e aos intérpretes do direito pensarem a transição dessa estrutura de Seguridade Social Rural de forma a se coadunar à realidade campestre, bem como seja possível, no futuro, uma verdadeira uniformidade e equivalência de tratamento aos trabalhadores urbanos e rurais, uma vez vencida essa etapa de transição.

³³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

Sendo assim, a intenção do constituinte *é de* igualar o tratamento conferido aos trabalhadores urbano e rural, visualizando neste uma maior fragilidade e tendo em vista as desigualdades históricas que permearam sua evolução histórica-previdenciária. A igualdade instituída, pois, só será corretamente aplicada à medida em que permitir ao trabalhador rural o reconhecimento de um direito que durante tanto tempo lhe foi negado, qual seja, o da Seguridade Social.

Reconhece-se, porém, o *déficit* existente entre o custeio da Previdência Social Rural quando em comparação à urbana, porém cabe ressaltar o princípio da solidariedade, em que os trabalhadores urbanos auxiliariam no custeio dos benefícios rurais, bem como os avanços atuarias que vem ocorrendo na questão rural.

Conforme observa IBRAHIM,

também aplica-se a esta regra o princípio geral da isonomia. A igualdade material determina alguma parcela de diferenciação entre estes segurados, sendo que a própria Constituição assim procede, ao prever contribuições diferenciadas para o pequeno produtor rural [...].³⁴

Dessa forma, algumas distinções existentes no custeio e nos benefícios concedidos para segurados urbanos e rurais são possíveis, desde que sejam razoáveis e justificáveis perante a isonomia material.

Posteriormente, em 1990, é promulgada a Lei nº 8.020, criando o Instituto Nacional do Seguro Social, responsável pela fusão do INPS e IAPAS.

Também constitui grande marco histórico da Previdência Social a criação das Leis nº 8.212 - que criou o Plano de Organização e Custeio da Seguridade Social – e a Lei nº 8.213, ambas de 24/07/1991, esta última instituindo o Plano de Benefícios da Previdência Social.

Como resta evidenciado, a maior atuação estatal na questão política e econômica do país andou conjuntamente à evolução previdenciária e seu desenvolvimento na nação.

Ao cabo dessa análise histórica da Previdência Social no país, BRANDÃO³⁵ divide a evolução do seguro social no Brasil em três fases, abaixo resumidas.

³⁴ IBRAHIM, F. Z., 2014, p. 67.

³⁵ BRANDÃO, Alonso Caldas. Repertório da previdência social: notícia histórica, legislação, jurisprudência. Rio de Janeiro: Imprensa, 1953, p. 37.

Período de formação, da indenização por danos do trabalho e criação das Caixas dos Ferroviários à grandes reformas introduzidas na previdência social; período de expansão, do advento da LOPS aos dias atuais; e período de centralização, coordenação e unificação da previdência social.

TAVARES³⁶ acrescenta, ainda, mais duas outras fases, quais sejam: período de organização da seguridade social, como gênero dos direitos à Previdência Social, Saúde e Assistência com a delimitação das ações estatais em cada setor, a partir da Constituição de 1988; e período de fortalecimento de sistemas de Previdência Privada complementar à atuação do Estado.

No que concerne à evolução previdenciária no âmbito rural, em comparação ao urbano, pode-se delimitar a seguinte síntese: de início, tem-se uma efervescência da questão previdência urbana, com inúmeros institutos correlatos a ela, construindo-se, pois, um sistema de Seguro Social que melhor se coadune às peculiaridades de cada período histórico. Em contrapartida, ao trabalhador rural não é conferido um mínimo de proteção social consubstanciada em previdência, sendo-lhe resguardado, porém, benefícios em que se prescinde de contribuição, quais sejam, aqueles delimitados pela Assistência Social.

Posteriormente, tomando em conta a importância da atividade rural para a economia do país e a grande população exercente dessa atividade, leis esparsas iniciam o longo trajeto que, pouco em pouco, passou a conferir novo tratamento ao trabalhador campestre, como transição de um sistema puramente assistencialista para o Seguro Social.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e o importante reconhecimento constitucional de igualdade de tratamento entre os trabalhadores urbanos e rurais, seguido pelo advento das Leis nº 8.212 e 8.213, de 1991, finalmente é conferido ao trabalhador campestre a proteção securitária social em moldes semelhantes à previdência social urbana, exigindo-lhe, de igual forma, contribuições previdenciárias, porém se atentando às peculiaridades próprias da atividade rural, assim como lhe assegurando proteção particular com a fixação da figura constitucional de segurado especial.

Contudo, cabe ressaltar que o trajeto da implementação do sistema securitário social ao trabalho rural ainda não restou complementado, tendo em vista a deficiência protetiva à atividade campestre, o que permite, ainda hoje, um tratamento

³⁶ TAVARES, M. L., 2012, ps. 63/64.

diferenciado a esse segurado, eis que reconhecida a desigualdade social histórica no âmbito da Previdência Social Rural.

1.2 Os Princípios Norteadores da Previdência Social

Feitas essas breves considerações sobre a evolução histórica da Previdência Social, especialmente no que se refere aquela oriunda das atividades campesinas, cabe agora analisar de maneira mais detida a principiologia envolta à Constituição de 1988 e às Leis esparsas que tratam sobre a matéria previdenciária rural pós-constituição.

Da promulgação da Constituição de 1988 e da criação das Leis nº 8.212 e 8.213, de 1991, acompanhou-se uma nova visão dada à Previdência Social, qual passou a ter como princípios norteadores inúmeros outros que não constavam nas legislações passadas. Dessa mudança principiológica, originou-se uma maneira nova de visualizar a matéria securitária social no meio rural, passando a ser regida em moldes semelhantes à previdência social urbana, fazendo parte do mesmo regime geral, porém com características próprias e fonte de custeio diferenciada, tendo em vista as peculiaridades da atividade campesina.

Assim, pode-se caracterizar a Seguridade Social como direito fundamental, uma vez que tal proteção social é reconhecida pela Constituição, mas também como direito humano, adotado em diversas declarações e pactos internacionais.

A matéria ora em análise é tratada ao longo do texto Constitucional, especialmente em seu art. 194 e 201 e pelo art. 2º da Lei nº 8.213/91, os quais dispõem sobre a Previdência Social, suas finalidades e os princípios a ela correlatos.

Pelo princípio da universalidade, tem-se que o objetivo da Seguridade Social é a proteção universal, sendo que esta proteção deve ser compreendida em dois aspectos: objetivo e subjetivo. Do ponto de vista objetivo, a Seguridade Social deve intentar proteger o indivíduo contra todas as situações de risco que provoque um estado de necessidade, o que poderia ser chamado de universalidade da cobertura.

Por sua vez, no aspecto subjetivo, deve-se proteger a todos, indistintamente, seja ele contribuinte da seguridade social ou não, o que é conhecido como universalidade do atendimento. O critério utilizado pelo princípio em comento em seu aspecto subjetivo é o da natureza humana do segurado/beneficiário, ou seja, conforme aduz CORDEIRO "Todo ser

humano presente no território nacional deve ser protegido das inseguranças da vida"³⁷, característica própria dos direitos humanos, consubstancia-se na distribuição das prestações previdenciárias às pessoas que delas mais necessitem, de forma cada vez mais abrangente, demonstrando o viés objetivo e subjetivo da previdência social.

Quanto ao princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, inúmeros autores entendem que esse princípio abrange a impossibilidade de redução do valor real do benefício, protegendo-o da perda inflacionária, conforme assinalam LEITÃO e MEIRINHO³⁸. Porém, o Supremo Tribunal Federal - STF - conferiu interpretação restritiva ao princípio insculpido no art. 194 da Constituição Federal, impondo somente a obrigação negativa de não reduzir o benefício.

Tal princípio, conforme assinala CORDEIRO³⁹, obsta quaisquer modificações quantitativa ou qualitativas sobre os ganhos previdenciários, o que enseja na impossibilidade de redução do valor real do benefício.

IBRAHIM⁴⁰, por sua vez, entende que a preocupação que se tinha no passado quanto à elevada incidência da taxa inflacionária nos preços dos bens fez com que o princípio em comento seja entendido de forma mais ampla do que aquela delimitada pelo STF, servindo como protetor do valor real do benefício, mantendo-se, então, o poder de compra do beneficiado ao longo do tempo.

Assim, não se deve, segundo entende o autor, "limitar este comando constitucional à simples hipótese de irredutibilidade do valor nominal do benefício"⁴¹, mas também abranger a agressão mediata por via de desvalorização monetária, uma vez que viola o conteúdo pecuniário da prestação previdenciária, de natureza alimentar e responsável pelo mínimo existencial do segurado e de seus dependentes.

Segundo o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, os segurados rurais passam a ter a mesma proteção constitucional conferida ao segurado urbano. Desse modo, o presente princípio tem por escopo corrigir as deficiências securitárias em âmbito rural ao longo da evolução histórica da previdência social no Brasil, qual colocava o segurado campesino à margem de proteção contra as contingências sociais.

³⁷ CORDEIRO, M., 2008, p. 44.

³⁸ LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S., 2014, p. 58.

³⁹ CORDEIRO, M., 2008, p. 46.

⁴⁰ IBRAHIM, F. Z., 2014, p. 70.

⁴¹ IBRAHIM, F. Z., 2014, p. 70.

TAVARES entende que esse princípio “procura superar as históricas diferenças de tratamento às populações urbanas e rurais no Brasil, estendendo aos residentes no campo a mesma amplitude de proteção historicamente conferida aos domiciliados em áreas urbanas”.⁴²

Ora, não há de se ignorar que, conforme salientado ao longo deste estudo, a equivalência pretensa pelo Constituinte entre os trabalhadores urbanos e rurais se dá a partir de uma trajetória de mútua cooperação, ou seja, o princípio ora analisado serve como delimitador de transição entre a antiga esquemática previdenciária existente, qual separava o mundo rural da previdência existente na seara urbana.

Em outras palavras, até que se implemente um verdadeiro modelo igualitário entre esses trabalhadores tão distintos entre si, é necessário que se combata os resquícios existente das desigualdades de outrora.

Outro importante princípio da Previdência Social, o princípio da solidariedade tem sua origem no art. 3º da Constituição de 1988, qual traça os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, destacando-se a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, um dos grandes fundamentos para a defesa do princípio da solidariedade no âmbito da Seguridade Social, além do disposto nos arts. 194 e 195 na Lei Maior, que enfatiza o caráter solidário ao prever a participação de toda a sociedade no financiamento do sistema.

A solidariedade pode ser analisa em dois sentidos. Sob a ótica vertical da solidariedade, a geração atual de contribuintes para a previdência social contribui para o pagamento dos benefícios previdenciários concedidos à geração anterior, o que é denominado de pacto intergeracional. Por sua vez, pela característica da horizontalidade da solidariedade significa dizer que representa a redistribuição de renda entre as populações, o que pode ser chamado de pacto intrageracional.

Há duas principais formas de organização previdenciária que evidenciam a importância do princípio ora em análise, quais sejam: o sistema de capitalização e o sistema de repartição simples. LEITÃO e MEIRINHO os sintetizam da seguinte forma:

O primeiro, típico da previdência complementar (art. 202 da CF/88), consiste na cobrança de valores que possibilitem futuramente o pagamento dos próprios benefícios e das demais despesas de administração através da formação de um fundo de reserva individualizado ou capitalizado. Já o sistema de repartição simples, típico da Previdência Social (art. 201 da CF/88), parte da ideia de que as contribuições são

⁴² TAVARES, M. L., 2012, p. 4.

direcionadas para um fundo único destinado ao pagamento das prestações já concedidas. Por óbvio, o sistema de repartição simples possibilita a melhor redistribuição de renda e uma proteção social mais eficiente, viabilizando, inclusive, o amparo daqueles que, por algum infortúnio, não contribuíram o suficiente para, sozinhos, garantir o benefício⁴³.

O princípio da equidade na forma de participação no custeio é assim definido por TAVARES:

é decorrência do princípio geral da isonomia. Não significa que todos os contribuintes do sistema de seguridade pagarem tributo da mesma forma, mas sim que deve haver igualdade de cobrança quando os financiadores se encontrarem sob a mesma situação fática⁴⁴.

A equidade quanto ao custeio da Previdência Social permite que se entenda as distinções existentes entre a contribuição oriunda do trabalhador urbano e aquela concernente ao trabalho rural, eis que a reconhecida deficiência atuarial em relação aos benefícios concedidos à população campesina não impede o reconhecimento de uma maior necessidade do trabalhador rural na seara previdenciária. Incide, pois, o presente princípio a fim de justificar maior índice de contribuição ao trabalhador urbano em prol ao trabalhador rural, tendo em vista a capacidade contributiva daquele e a periodicidade dos valores por si ganhos, o que não ocorre no meio rural, haja vista a sazonalidade de suas atividades somada com a ainda frágil estrutura de seu sistema contributivo.

Pelo princípio da diversidade das bases de financiamento, aduz CORDEIRO, em dissonância ao defendido por MARTINEZ⁴⁵, que esse princípio tem dentre seus objetivos redistribuição interna de recursos, tendo em vista eles partirem da população menos carente para a mais necessitada. Porém, segundo Novaez, não há possibilidade, dentro de um sistema previdenciário conforme o instituído no Brasil, que se combata às diferenças sociais através do instrumento previdenciário.

O melhor entendimento sobre o princípio em comento é aquele conferido por CORDEIRO, qual se coaduna ao mandamento constitucional quando dispõe que o desenvolvimento nacional deve dar-se em conformidade com o bem-estar e justiça social, sendo que o fim das desigualdades econômica, com a consequente distribuição de riquezas e solidariedade são alcançadas por intermédio das políticas da Seguridade Social.

⁴³ LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S., 2014, p. 72.

⁴⁴ TAVARES, Marcelo Leonardo. 2012, p. 6.

⁴⁵ MARTINEZ, W. N., 2011, p. 94.

1.3 A Fonte de Custeio da Previdência Social

Conforme já analisado nos tópicos anteriores, pela evolução histórica da Previdência Social no Brasil, uma nova questão atuarial passou a fazer parte da previdência social, qual seja, a contribuição do trabalhador rural para o Sistema de Seguro Social a partir dos princípios norteadores da Constituição de 1988. Já restou pormenorizado que em relação a tais contribuições, em respeito aos princípios constitucionais da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e equidade na forma de participação no custeio, possibilitou-se um tratamento diferenciado dispensado aos segurados especiais, incidente sobre a comercialização de seus produtos e em taxas distintas.

Conforme dispõe o art. 195 da Constituição de 1988, são previstas as seguintes contribuições sociais: do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei; do trabalhador e dos demais segurados da Previdência Social; sobre a receita de concursos de prognósticos; e do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

Ao segurado especial é estabelecida contribuição para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção, conforme disposto pelo § 8º do art. 195 da Constituição de 1988, englobando, nesse sistema contributivo, o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, para que façam jus aos benefícios previdenciários.

Segundo BERWANGER e ZAVASCKI, “[...] a contribuição sobre a produção, para o empregador rural, substituiu a chamada ‘cota patronal’, ou seja, a contribuição que os demais empregadores/empresas efetuam sobre a folha de salários”.⁴⁶

Evidente a tributação diferenciada concernente ao segurado especial, uma vez que este contribui sobre receita decorrente da comercialização de sua produção enquanto os demais segurados da Previdência Social contribuem sobre o salário de contribuição correspondente a uma grandeza de periodicidade mensal. Tal distinção se dá não apenas pelo motivo exposto por LEITÃO e MEIRINHO⁴⁷ - qual seja, pelo fato de que não é assegurado ao

⁴⁶ BERWANGER, Jane Lúcia Wilhelm, ZAVASCKI, Liane Tabarelli. A contribuição previdenciária rural na interpretação do supremo tribunal federal. Revista de Direito Social – ANO X – JAN./MAR. 2010 – Nº 37. p. 55.

⁴⁷ LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S., 2014, p. 117.

segurado especial renda mensal, como ocorre com os demais segurados -, mas também pelo peculiaridade da tarefa exercida por esse seguro e a evolução histórica dessa figura securitária, o que lhe garante especial proteção constitucional. É reconhecida, pois, as peculiaridades do trabalho exercido pelo seguro especial, a ponto de lhe ser conferido um tratamento diferenciado tanto em relação à comprovação dessa atividade rural, quanto em relação a forma de custeio para a previdência social e diminuição etária para a aposentadoria por idade.

Conforme preceitua o art. 25 da Lei nº 8.212/91, a contribuição do seguro especial é de 2% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção e 0,1% dessa mesma receita para o financiamento das prestações por acidente do trabalho.

Integram a produção, para os efeitos de incidência da contribuição, aqueles previstos no § 3º do art. 25 da Lei nº 8.212/91, quais sejam, os produtos de origem animal ou vegetal, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar, assim compreendidos, entre outros, os processos de lavagem, limpeza, descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos, além de também integram a receita bruta a receita proveniente dos meios dispostos pelo § 10 do mesmo artigo

Além disso, integram a receita bruta a comercialização da produção obtida em razão de contrato de parceria ou meação de imóvel rural, da comercialização de artigos de artesanato, com atividades turísticas, hospedagem, alimentação, recepção, recreação e de atividade artística, nos termos do art. 11, §§ 8º e 9º, da Lei nº 8.213/1991.

Não integram a base de cálculo da contribuição referida o produto vegetal destinado ao plantio e reflorestamento; o produto vegetal vendido por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, dedique-se ao comércio de sementes e mudas no país; o produto animal destinado à reprodução ou criação pecuária ou granjeira; e o produto animal utilizado como cobaia para fins de pesquisas científicas no país.

2 A APOSENTADORIA POR IDADE

Observar-se-ão, neste Capítulo, as modalidades de segurados obrigatórios na Previdência Social, distinguindo o trabalhador urbano e o trabalhador rural, bem como verificando as características da aposentadoria por idade rural e urbana e os respectivos requisitos para sua concessão, além dos meios e formas de comprovação da atividade rural.

Ademais, verificar-se-á a aposentadoria por idade mista ou híbrida, nova figura de aposentadoria etária introduzida pela Lei nº 11.718/2008.

2.1 O Trabalhador Rural e o Trabalhador Urbano

Conforme verificado quando da análise do histórico da Previdência Social no Brasil, ocorreu um engrandecimento gradativo da figura do trabalhador rural, qual ganhou proteção especial pela Constituição de 1988 com a criação da figura do segurado especial em âmbito constitucional. Porém, tem-se como guinada inicial desse processo histórico a Lei Complementar nº 11/1971, qual instituiu o PRORURAL, sendo responsável, também, por caracterizar o trabalhador rural como aquele que prestasse serviço rural a empregador ou o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado trabalhasse na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

As características do trabalhador rural delineadas pela Lei acima é responsável por influenciar a atual conceituação do segurado especial, sendo que esta respalda-se nos traços característicos daquele trabalhador campesino de antigamente.

Fato importante para que se proceda a uma correta análise dessa espécie de segurado obrigatório é que o segurado especial é o único a ter uma definição dada em âmbito constitucional, ao revés do que ocorre com os demais segurados, cuja definição se dá através da legislação infraconstitucional.

TAVARES⁴⁸ menciona uma restrição conceitual ocorrida ao longo da evolução previdenciária em relação ao garimpeiro, qual era considerado, anteriormente, como

⁴⁸ TAVARES, M. L., 2012, p. 82.

segurado especial, sendo que após a edição da EC nº 20 de 1998, passou a se enquadrar como contribuinte individual.

O segurado especial é figura prevista na Constituição, modalidade de segurado obrigatório trabalhador rural e tem sua definição insculpida no art. 11, VII, da Lei nº 8.213/91, sendo a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária, limitada a área em quatro módulos fiscais, ou de seringueiro ou extrativista vegetal e faça dessas atividades o principal meio de vida. Ademais, compara-se ao segurado especial o pescador artesanal que faça dessa atividade sua profissão habitual, tal qual seu cônjuge, o companheiro e os filhos menores de 16 anos, desde que comprovem trabalhar com o grupo familiar respectivo.

Da análise das características conceituais dos segurados especiais, extraem-se as seguintes, conforme abaixo exposto.

No que se refere à expressão "pessoa física residente em imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele", não há exigência legal de que o segurado especial resida necessariamente em zona rural, pelo que a mera residência em zona urbana por esse segurado não configurar empecilho à sua caracterização. Ressalta-se, entretanto, a necessidade de residir em imóvel próximo ao que desempenha suas atividades campesinas, requisito este que será analisado pela autoridade administrativa ou judiciária conforme as peculiaridades próprias de cada região.

Quanto à expressão "individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros", a limitação conceitual infraconstitucional conferida ao segurado especial é destoante à proteção constitucional conferida a esse segurado, vez que o § 8º do art. 195 da CF/88 não prevê a delimitação de contratação de empregados, desde que tal relação não se mostre permanente.

Conforme preceitua o art. 11, § 1º, da Lei nº 8.213/91, regime de economia familiar é a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar, sendo exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

Não descaracteriza o regime de economia familiar o segurado especial contar com auxílio eventual de terceiros, exercido ocasionalmente, em condições de mútua colaboração, sem remuneração e nem subordinação entre as partes, entendimento respaldado, inclusive, pelo art. 10 da IN MPS/SRP nº 3/2005.

Conforme conceituado pela referida Lei, para a caracterização de segurado especial, independe ser essa atividade exercida de forma individual ou junto ao núcleo familiar - em regime de economia familiar. Porém, conforme salienta entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ -, o exercício de atividade lucrativa e organizada descaracteriza o regime de subsistência próprio à conceituação de segurado especial em regime de economia familiar.⁴⁹

Para caracterização de Segurado especial, limita-se a dimensão da propriedade rural em até quatro módulos fiscais, conforme dispõe a Lei nº 11.718/2008, exigência essa considerada somente a partir da data do advento da referida lei, conforme previsto pelo art. 7º, § 17º, da IN INSS PRES nº 45/2010, em prol à segurança jurídica do sistema previdenciário e tendo em vista ser um requisito inovador limitador à concessão dos benefícios previdenciários.

Inobstante esse entendimento, a Turma Nacional de Uniformização - TNU - editou, no ano de 2006, a Súmula nº 30, qual dispõe:

Tratando-se de demanda previdenciária, o fato de o imóvel ser superior ao módulo rural não agasta, por si só, a qualificação de seu proprietário como segurado especial, desde que comprovada, nos autos, a sua exploração em regime de economia familiar⁵⁰.

O entendimento sumulado pela TNU se coaduna à proteção constitucional conferida ao segurado especial, uma vez sopesar os requisitos de exploração da atividade rural em regime de economia familiar e a limitação da dimensão da propriedade rural, preponderando aquele. Ora, o simples fato de a propriedade rurícola extrapolar o limite estabelecido em lei, ou por meio de regulamento, não serve, por si só, para descaracterizar o regime de economia familiar caracterizador da atividade desenvolvida. Nesse sentido, desde

⁴⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Agravo Regimental nº 4.148/SP. 3ª Turma. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO. Relatora Min. Maria Thereza de Assis Moura. Julgado em 26/09/2012. Disponível em:

<<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200802607575&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>>. Acesso em 14/10/2015. (AR 4.148-SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgada em 26-9-2012)

⁵⁰ BRASIL. Turma Nacional de Uniformização. Súmula nº 30. Tratando-se de demanda previdenciária, o fato de o imóvel ser superior ao módulo rural não afasta, por si só, a qualificação de seu proprietário como segurado especial, desde que comprovada, nos autos, a sua exploração em regime de economia familiar. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=30>>. Acesso em 15/09/2015.

que essa reste efetivamente comprovada, caberá à autoridade administrativa ou judiciária afastar a incidência do requisito limitador, uma vez ser ele subsidiário à conceituação de regime de economia familiar.

Ao segurado especial não se concede todos os benefícios previdenciários previstos na Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS -, como por exemplo a aposentadoria por tempo de contribuição - apenas concedida caso contribua facultativa para a previdência social -, conforme determina o art. 39, I, da referida lei.

LEITÃO e MEIRINHO⁵¹ entendem ser essa restrição protetiva, à diferença dos demais segurados, decorrente da sistemática peculiar de tributação, incidente, no caso da atividade rurícola, sobre a comercialização de sua produção, contribuição deveras inferior à recolhida pelos demais segurados, que incide sobre o salário de contribuição destes.

Nesse sentido, tendo em vista a sazonalidade própria da atividade campesina, do que decorre um menor percentual contributivo quando comparado aos demais segurados, seria constitucional, pois, esse tratamento diferenciado conferido aos segurados que contribuem de forma distinta para a previdência social. Tanto é assim que essa diferenciação contributiva é prevista também em âmbito constitucional.

Respalhando esse entendimento, prevê o legislador tratamento previdenciário igualitário àquele segurado especial que escolha contribuir facultativamente para a previdência social, conforme dispõe o inc. II do art. 39 da Lei nº 8.213/91.

MARTINEZ⁵² entende que nesse caso ocorre a hipótese de duplo enquadramento à previdência social, eis que o segurado especial, segurado obrigatório da previdência social, também se filia à previdência social de forma facultativa. Assim sendo, e para resguardar a autonomia de cada um desses institutos, não há reflexo algum quanto a sua condição de segurado especial em relação a sua condição de contribuinte facultativo, não se comunicando, pois, essas qualidades, por falta de determinação legal.

Dessa maneira, reconhecendo-se a distinção atinente à contribuição da previdência rural, somada à previsão da figura do segurado especial, bem como a proteção à aposentadoria rural, é constitucional, pois, essa distinção de benefícios feita entre os trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais.

⁵¹ LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S., 2014, p. 167.

⁵² MARTINEZ, W. N., 2011, p. 179/180.

Os familiares citados no rol do art. 11, § 6º, da Lei nº 8.213/91, para serem conceituados como segurados especiais, devem ter participação ativa nas atividades rurais desenvolvidas em torno do núcleo familiar.

Caso exerçam atividade configura como urbana, ou recebam rendimentos de outra fonte, esse membro do grupo familiar deixará de ser caracterizado como segurado especial, uma vez que a atividade rural ou pesca artesanal deixa de ser indispensável à manutenção do grupo familiar. Porém, essa descaracterização não será transferida ao restante do núcleo familiar, consoante Súmula nº 41 da TNU, a seguir transcrita:

A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto⁵³.

Excepcionalmente poderá esse membro receber rendimentos de outras fontes sem que seja descaracterizada sua condição de segurado especial, desde que seja enquadrada em uma das hipóteses previstas nos §§ 8º e 9º do art. 11 da Lei nº 8.213/91.

Dentre as hipóteses em comento, ressalta-se a inculpada no inciso III do § 9º do art. 11 da referida lei, qual dispõe não ser considerado como óbice à configuração de segurado especial o exercício de atividade remunerada em período não superior a 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no § 13º do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Em sentido análogo, dispõe a Súmula nº 46 da TNU, *verbis*: "o exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto".⁵⁴

Logo, cabe à autoridade administrativa ou judiciária verificar se durante o período conhecido como entressafra ou do defeso, desde que não superior a 120 dias, deixou o segurado especial de cumprir os requisitos para a sua caracterização como tal, ou, segundo

⁵³ BRASIL. Turma Nacional de Uniformização. Súmula nº 41. A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=41>>. Acesso em 15/09/2015.

⁵⁴ BRASIL. Turma Nacional de Uniformização. Súmula nº 46. O exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=46>>. Acesso em 21/09/2015.

entendimento adotado pelo STJ⁵⁵, averiguar se o trabalho rural é dispensável para a subsistência do grupo familiar.

Entretanto, a possibilidade de o segurado especial manter essa qualidade durante referido período, em que desempenhe atividade urbana, não o dispensa do recolhimento de contribuição devida em relação ao exercício da respectiva atividade urbana.

Por sua vez, o rol insculpido no art. 10, § 8º, da IN MPS/SRP nº 3/2005 elenca aqueles que não são considerados segurados especiais, ainda que se dediquem à produção rural, porém sem que, em razão disso, sejam considerados produtos rurais.

CORDEIRO suscita a importante questão de a norma infraconstitucional limitar a caracterização de segurado especial mesmo que assim não o faça a norma hierarquicamente superior. Segundo o autor: "se não bastassem as limitações firmadas pela Lei nº 8.213/1991 e pelo Decreto nº 3.048/1999, o diploma administrativo restringe quando não deve"⁵⁶. O exemplo dessa restrição realizada por um diploma meramente administrativo, qual seja, o IN MPS/SRP nº 3/2005, é o insculpido em seu art. 10, § 8º, IV, segundo o qual não se considera segurado especial o filho menor de vinte e um anos, cujo titular do grupo familiar perdeu a condição de segurado especial, por motivo do exercício de outra atividade remunerada, salvo se comprovar o exercício da atividade rural individualmente.

Dessa forma, mister o papel do Executivo e do Judiciário em resguardar a proteção original conferida à figura do segurado especial pela Constituição pátria, a fim de evitar a descaracterização desse segurado pelos institutos infraconstitucionais, conferindo aos trabalhadores que implementem seus requisitos as proteções constitucionais correspondentes em matéria previdenciária.

55 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial nº 304.479/SP. 2ª Turma. DIREITO TRIBUTÁRIO, Contribuições, Contribuições Especiais, FGTS / Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço. Relator Min. LAURITA VAZ. Julgado em 31/08/2001. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200100199208&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos>>. Acesso em 01/11/2015.

56 CORDEIRO, M., 2008, p. 116.

2.2 A Aposentadoria por Idade Rural e Urbana

Grandes mudanças ocorreram a partir do advento da Constituição de 1988 e das Leis 8.212 e 8.213/1991, principalmente com a unificação dos regimes urbano e rurais, prevendo-se maior igualdade material em relação aos trabalhadores rurais.

Dessa nova conjuntura política e social se superaram inúmeras desigualdades perpetradas contra esses segurados, dando ensejo à criação de nova principiologia atinente à esfera previdenciária rural, representando grande avanço social nessa matéria.

Nesse sentido, benefícios que, no passado, tinham sua concessão limitada aos trabalhadores urbanos, passaram a ser concedidos também aos segurados rurais, eis que previsto pela constituição a igualdade de concessão de benefícios para esses segurados, respeitando a peculiaridade de cada atividade.

Entretanto, ainda assim, da contribuição feita pelo segurado especial não advém o direito aos mesmos benefícios previdenciários recebidos pelos demais segurados.

Dispõe o art. 39 da Lei nº 8.213/91 sobre os benefícios concedidos aos segurado especiais:

Art. 39. Para os segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, fica garantida a concessão:

I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, e de auxílio-acidente, conforme disposto no art. 86, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido⁵⁷;

Poderá optar, o segurado especial, em contribuir de forma facultativa para a previdência, sem se eximir da contribuição obrigatória prevista no *caput* do referido artigo, para que então faça jus à aposentadoria por tempo de serviço - mais conhecida como aposentadoria por tempo de contribuição -, conforme entendimento sumulado da Turma Nacional de Uniformização - TNU -:

Súmula 272: O trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente faz

⁵⁷ BRASIL. Lei nº 8.213/1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo: Saraiva, 2013, p. 1.511.

jus à aposentadoria por tempo de serviço, se recolher contribuições facultativas.⁵⁸

Conforme bem exposto por BERWANGER: “em verdade, a Previdência Social não deixa de admitir o período de atividade rural, mas o faz exigindo-se contribuição, melhor dizendo, indenização nesse tempo”.⁵⁹

Frisa-se que tal exigência se faz tomando por conta ser um benefício tipicamente concedido a segurados urbanos, porém o mesmo não ocorre quanto a contagem de tempo, ou seja, em relação ao segundo requisito dos benefícios em comento, sendo que este pode se dar se comprovando a atividade rural exercida.

Assim, segundo a autora,

A principal razão para se admitir o cômputo do período de atividade rural posterior a 1991 para a aposentadoria por tempo de contribuição é que não há nenhuma disposição em sentido contrário. Há, isto sim, previsão expressa de que todo período de atividade exercida por segurado obrigatório, nos termos do que prevê o *caput* do art. 55 da Lei 8.213/91, deve ser considerado.⁶⁰

A súmula em comento se mostra adequada ao que dispõe o inc. II do art. 39 da Lei nº 8.213/91, garantindo-se a concessão dos demais benefícios especificados em lei, desde que contribuam facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social.

Visto isso, deter-se-á à análise pormenorizada do benefício da aposentadoria por idade, qual passou por inúmeras mudanças ao longo do histórico previdenciário, especialmente no meio rural, sendo achatado ou ampliado seu deferimento a esses trabalhadores dependendo da interpretação histórica conferida ao instituto da aposentadoria, dada as suas difíceis classificação e definição.

Até 1988, com a promulgação da Constituição, havia regime diferenciado de aposentadoria para o trabalhador urbano e campestre, sendo quase inexistente na área rural, representado pelo FUNRURAL.

⁵⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 272. O trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente faz jus à aposentadoria por tempo de serviço, se recolher contribuições facultativas. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=%40docn&&b=SUMU&p=false&l=10&i=281>>. Acesso em 13/10/2015.

⁵⁹ BERWANGER, Jane. Desmistificando o cômputo do período de atividade rural posterior a novembro de 1991. Revista de Direito Social – ANO IX – ABR./JUN. 2008 – Nº 34. p. 53.

⁶⁰ Ibidem, p. 57/58.

Antes do advento da Lei nº 8.213/91, em razão da precariedade do custeio rural, os trabalhadores rurais apenas deveriam comprovar o tempo de atividade rural para fazerem jus aos benefícios previdenciários, sem necessitar comprovar o recolhimento do valor de sua produção para a Previdência Social, uma vez não serem considerados segurados propriamente dito.

Conhecida no passado como aposentadoria por velhice, esse benefício previdenciário teve sua terminologia mudada pela Lei nº 8.213/91, passando a se chamar "aposentadoria por idade", tendo previsão constitucional diferenciada ao segurado especial, conforme preceitua o inc. II, § 7º, do art. 201, da Constituição, o qual assegura aposentadoria no regime geral de previdência aos trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal, desde que preenchida a idade de sessenta anos, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher.

A aposentadoria por idade é concedida por dois critérios distintos, sendo o primeiro o sexo do segurado beneficiário e o segundo a categoria que se enquadra, caso urbano ou rural. No primeiro caso, haverá sempre uma diminuição de cinco anos em relação às mulheres quando em comparação aos homens. Por sua vez, no segundo caso, haverá sempre uma diminuição, também de cinco anos, em relação aos segurados especiais quando em comparação aos trabalhadores urbanos. Assim, sendo segurado especial, o benefício será concedido aos homens quando estes completarem 60 anos de idade, e 55 anos de idade às mulheres. Caso sejam segurados urbanos, será concedido ao homem aos 65 anos, sendo que para as mulheres aos 60 anos.

São dois os requisitos para a sua concessão: idade e carência, sendo este último entendido como o tempo equivalente a um número mínimo de contribuições mensais exigido para a concessão de determinado benefício previdenciário.

Segundo IBRAHIM⁶¹ devem esses requisitos serem atendidos de forma simultânea, concomitantemente à época em que o beneficiário complete o requisito etário, ainda vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Entende o autor que não faria jus a esse benefício aquele que implemente a carência em determinada época, atingindo a idade apenas em momento posterior, quando não mais se caracterize como segurado, seja urbano ou rural.

⁶¹ IBRAHIM, F. Z., 2014, p. 608.

Prossegue o autor que

Assim seria o correto, pois o direito à aposentadoria somente é adquirido com o preenchimento de todos os requisitos. O segurado, então, poderia solicitar o benefício a qualquer tempo, mesmo em período posterior à perda de sua qualidade de segurado, em razão do direito adquirido.⁶²

Ainda que seja defendido por esse autor que o benefício só adere ao direito subjetivo do beneficiário quando implementada esses dois requisitos de forma simultânea, o entendimento que melhor se coaduna à segurança jurídica é o respaldado pelo STJ, segundo o qual é permitida a concessão da aposentadoria etária àquele que, mesmo sem qualidade de segurado no momento em que atingiu a idade necessário, tenha cumprido a carência em momento anterior.

Sem embargo à crítica feita em relação à posição adotada pelo STJ no sentido de ter caído no equívoco de relacionar previdência social somente a benefícios programados, a exigência do cumprimento concomitante de ambos os requisitos para a concessão do benefício previdenciário afronta a autonomia desses requisitos. Certo é que a legislação previdenciária não exige o requisito de que a idade e a carência devam ser cumpridas simultaneamente. Não deve, pois, o interprete prever exigência onde a própria lei não a previu, sob pena de extravasar o conteúdo da lei, usurpando o papel do legislador.

Nesse sentido, analisa MENDES:

Observação importante, ainda, é a de que, no tocante à expressão contida no art. 48, § 2º, da Lei de Benefícios, que dispõe que somente se aplica a redução de cinco anos na idade mínima caso tenha havido exercício de atividade rural em ‘período imediatamente anterior ao requerimento do benefício’, concluímos que o redutor deve ser aplicado quando o exercício da atividade rural se der em período imediatamente anterior à implementação do requisito etário, não ao requerimento. Isto porque o segurado, a partir do momento em que cumpri a idade mínima aliada à carência, já faz jus à jubilação etária, tendo adquirido o direito ao benefício, não podendo ser punido com a perda deste simplesmente porque se quedou inerte, demorando-se a requerer seu benefício.⁶³

Conforme sedimentado pelo STJ⁶⁴, a concessão da aposentadoria por idade pode ser deferida se preenchidos os requisitos de idade mínima e do recolhimento das contribuições previdenciárias devidas, mesmo que o trabalhador tenha perdido a qualidade de segurado, e independentemente da simultaneidade do cumprimento desses requisitos.

⁶² Ibidem, p. 608.

⁶³ MENDES, Danilo Bueno. Da aposentadoria por idade rural na sistemática da lei nº 11.718/2008. Revista de Direito Social – ANO XI – JUL./AGO. 2012 – Nº 49. p. 219.

⁶⁴ (EREsp. 551.997-SP, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 27/4/2005)

Tanto é assim que a própria Lei nº 10.666/2003 excluiu a perda da qualidade de segurado como óbice ao deferimento do pedido, desde que já sido preenchido a carência necessária, conforme prescreve seu art. 3º: "a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial."⁶⁵

Esclarece LADENTHIN, em síntese:

Tendo o segurado deixado de exercer atividade rurícola sem ter completado a idade mínima exigida para a aposentadoria rural, perderá a qualidade de segurado e não fará jus ao benefício eminentemente rural, pois a Lei 10.666/03 não se aplica aos trabalhadores rurais. Caso esse segurado tenha completado a idade requerida há alguns anos e comprove o exercício da atividade rurícola nos anos que imediatamente antecederam a implementação do requisito etário, não há como negar-lhe o benefício. Não é necessário que comprove a atividade rural na data do requerimento. Neste caso, mais uma vez, o segurado deverá comprovar sua filiação e, portanto, sua qualidade de segurado na época da implementação dos pressupostos necessários e que, portanto, já se incorporaram ao patrimônio jurídico do trabalhador, sendo o benefício considerado um direito adquirido.⁶⁶

Entretanto, cabe ressaltar o entendimento de FOLMANN e SOARES⁶⁷ de que o benefício de aposentadoria por idade rural deva ser concedida ainda que o trabalhador rural deixe a lavoura sem completar a idade exigida, desde que o limite etário seja implementado no período de graça.

O tempo de serviço prestado pelo trabalhador rural anterior à vigência da Lei nº 8.213/91, para fins de concessão desses benefícios, será computado independentemente do recolhimento das contribuições a ele correspondentes, conforme preceitua o art. 55, § 2º da referida lei, sendo conhecida como carência presumida pela efetiva atividade do trabalhador rural.

Nesse sentido dispõe a Súmula 27 da AGU:

Para concessão de aposentadoria no RGPS, é permitido o cômputo do tempo de serviço rural exercido anteriormente à Lei nº 8.213/91, de 24 de julho de 1991, independente de recolhimento das contribuições sociais respectivas, exceto para efeito de carência.⁶⁸

⁶⁵ BRASIL. Lei nº 10.666. Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo: Saraiva, 2013, p. 1.737.

⁶⁶ LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro. Aposentadoria por Idade. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011, p. 85.

⁶⁷ FOLMANN, Melissa. SOARES, João Marcelino. Aposentadoria por idade: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2012, p. 88.

⁶⁸ BRASIL. Advogacia-Geral da União. Súmula nº 27. Para concessão de aposentadoria no RGPS, é permitido o cômputo do tempo de serviço rural exercido anteriormente à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, independente do recolhimento das contribuições sociais respectivas, exceto para efeito de carência. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/28327>>. Acesso em 23/09/2015.

Aos trabalhadores rurais amparados pela antiga Previdência Social rural, inscritos até 24/07/1991, a carência da aposentadoria por idade rural obedece à tabela do art. 142 da Lei nº 8.213/1991, levando-se em conta o ano em que o segurado supriu todas as condições necessárias à obtenção do benefício almejado.

Terá o segurado, então, direito à aposentadoria por idade rural, bastando apenas demonstrar o desempenho de atividade rural pelo tempo de carência necessário ao benefício, ainda que de forma descontínua, conforme estabelece a lei supramencionada. Ainda que intercalada a atividade rural com urbana, terá ele direito a esse mesmo benefício, desde que não perca a qualidade de segurado especial, uma vez comprovada o tempo de serviço rural, independentemente de contribuição, conforme entendimento da Consultoria Jurídica da AGU junto à Previdência Social pelo Parecer nº 2.551/2001.

Nesse mesmo sentido dispõe o art. 58 da IN MPS/INSS nº 2/2007, qual prevê a possibilidade de os trabalhadores rurais requererem aposentadoria por idade desde que comprovem o efetivo exercício da atividade rural, ainda que de forma descontínua, em número de meses igual à carência exigida, não havendo exigência de um número mínimo de contribuições mensais efetivamente recolhidos à previdência social.

Diante da dissonância jurisprudencial de interpretação da regra transicional insculpida no art. 142 da Lei nº 8.213/91 sobre o momento de concessão do benefício previdenciário, problemática que ficou conhecida como congelamento de carência, a TNU editou a Súmula nº 44, com o seguinte teor:

Para efeito de aposentadoria urbana por idade, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para concessão do benefício, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente.⁶⁹

Conforme sedimentado pelo TNU e exposto por LEITÃO e MEIRINHO⁷⁰, a carência da tabela progressiva aplica-se em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para a concessão do benefício, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente.

⁶⁹ BRASIL. Turma Nacional de Uniformização. Súmula nº 44. Para efeito de aposentadoria urbana por idade, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para concessão do benefício, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=44>>. Acesso em 17/10/2015.

⁷⁰ LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S., 2014, p. 261.

Porém, ressalta-se que ainda que válida a contagem dessa atividade rural exercida anterior à vigência da Lei de Planos de Benefícios da Previdência Social para fins de concessão da aposentadoria por idade, independentemente de contribuição, não servirá ela para fins de carência, conforme preceitua o art. 55, § 2º, da referida Lei, disposição criticável para alguns autores.

Exemplificando, LEITÃO e MEIRINHO⁷¹ invocam o caso de um segurado que exerceu atividade rural durante 24 anos antes de 1991, e após exerceu mais 12 anos como segurado urbano, não fazendo jus à concessão do benefício da aposentadoria por tempo de contribuição, pois ainda que implementado o requisito do tempo necessário, qual seja, 35 anos de contribuição, a carência respectiva - de 160 contribuições - não fora atingida, eis que se contará apenas o tempo em que houve verdadeira contribuição previdenciária, ou seja, no período posterior a 1991.

De forma a proteger o trabalhador campesino, em interpretação extensiva do disposto na Lei nº 8.213/91, e para viabilizar a aposentadoria com idade diferenciada deferida constitucionalmente, a TNU editou a Súmula 54, dispondo:

Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima.⁷²

Em relação ao salário-de-benefício, diz-se que é o "valor usado para o cálculo da renda mensal inicial dos principais benefícios previdenciários de pagamento continuado"⁷³, sendo que a aposentadoria por idade urbana consiste numa renda mensal de 70% do salário de benefício, acrescido de 1% deste, por grupo de 12 contribuições, não podendo ultrapassar 100% do salário de benefício, sendo que o fator previdenciário só incide de forma subsidiária, ou seja, caso majore o valor recebido por esse benefício.

Por sua vez, a aposentadoria concedida ao segurado especial terá, em regra, o valor de um salário mínimo. Esse valor será majorado na hipótese de haver contribuição facultativa concomitante à contribuição própria do segurado especial.

⁷¹ LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S., 2014, p. 262.

⁷² BRASIL. Turma Nacional de Uniformização. Súmula nº 54. Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=54>>. Acesso em 18/10/2015.

⁷³ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 11. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009. p. 492.

Da análise da aposentadoria por idade, verificou-se autonomia própria quanto ao segurado especial, tanto em relação ao valor do benefício, a contagem e comprovação da carência, quanto à diferenciação de idade para a concessão desse benefícios.

Salienta-se, assim, em relação à aposentadoria etária rural, peculiaridade no que diz respeito a sua previsão constitucional diferenciada, uma vez ser ela concedida aos segurados especiais com idade reduzida em cinco anos, quando em comparação ao regime geral de aposentadoria por idade. Tal ocorre não como um privilégio concedido ao trabalhador rural, mas sim como um reconhecimento do constituinte da peculiaridade dessa atividade, o que enseja proteção própria e respectiva autonomia de requisitos.

2.3 Os Meios e Formas de Comprovação da Atividade Rural

Introduzido o tópico da aposentadoria etária rural, delimitando-a como um benefício previdenciário que, ao longo dos tempos, teve sua concessão restringida dependendo das teorias que a norteavam, ora se verificando maiores empecilhos para o seu deferimento, ora se abrandando suas estruturas, resta analisar como se opera a comprovação da atividade rural para que o segurado especial faça jus a esse benefício.

Constatou-se duas formas de aposentadoria por idade: urbana e rural, sendo a primeira concedida ao segurado urbano e a segunda concedida ao segurado especial, ambas com características próprias e com meios distintos para a comprovação da carência.

Conforme se verificou, por integrarem desde sempre um modelo de Previdência Social em que há obrigatoriedade de contribuição para a concessão de benefícios, somada à facilidade de comprovação do exercício da atividade urbana, não há grandes dificuldades quanto à concessão da aposentadoria etária ao segurado urbano, desde que cumpridos os requisitos de idade e carência, esta comprovada pelas contribuições efetivadas.

Por sua vez, em relação ao segurado especial há maiores dificuldades no enfrentamento da questão, uma vez ser a contribuição na área rural deficitária, demandando-se, muitas vezes, que a atividade exercida seja comprovada, para fins de deferimento da prestação previdenciária em almejo. Assim, passa-se à análise da comprovação da atividade rural antes e após o advento da Lei nº 8.213/91, com suas respectivas consequências previdenciárias.

Vige no Brasil, no que diz respeito às provas, o sistema do livre convencimento motivado, conferindo ao Juiz o poder de dar às provas colacionadas nos autos sua correspondente eficácia probatória. Nesse sistema, o magistrado tem ampla liberdade na valoração das provas, devendo fundamentar seu convencimento através da persuasão racional.

Entretanto, como exceção a essa regra, o sistema securitário rural exige o início de prova material para comprovação do tempo de serviço de atividade rural em regime familiar. Significa dizer a adoção no Direito brasileiro do sistema de verdade legal ou da prova tarifada, no qual o próprio legislador confere a eficácia probante de determinada documento ou o meio específico pelo qual deverá ser provado determinado fato.

Contudo, convém analisar que essa proteção do Erário não deve se transmutar em absoluta negativa a quem de fato exerceu atividade rural durante o tempo indispensável, porém não consegue o comprovar pelas estritas vias administrativas, fazendo-se necessária a convalidação e a correlação dos documentos apresentados por outros meios de provas afins.

Afirma-se que constituem prova plena os documentos, elencados pelo art. 106 da lei nº 8.213/91. Assim, constando do documento determinado conteúdo, valerá ele independentemente de confirmação por outros meios.

Grande polêmica diz respeito à eficácia probante de documentos não prestigiados pelo rol do art. 106 da LBPS, considerados, por grande parte dos doutrinadores, meros documentos declaratórios, sem qualquer força vinculante do efetivo exercício da atividade rural.

Entretanto, deve-se levar em consideração a peculiaridade da atividade exercida pelo segurado especial, eis que reconhecida a dificuldade que esse trabalhador enfrenta em deter os documentos necessários para a comprovação da atividade rural, visto que pouco acessíveis e de importância até então ignorada, preocupando-se o segurado especial com essa questão apenas na velhice, quando não mais dispõe de força para enfrentar o trabalho árduo do campo.

Não constando o documento probatório no rol acima elencado, será atribuído a ele, segundo o prudente critério do magistrado, fundamentadamente, o valor probatório correspondente, podendo ser utilizado como início de prova material, ainda, documentos em nome de terceiro, conforme já assentado pelo STJ.

Enfrentando a questão ora levantada, decidiu o seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE APONTAM PARA O EFETIVO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL. COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. [...] 1. A condição de lavrador do recorrido pode ser, também, demonstrada por outros elementos probatórios que não aqueles elencados no art. 106 da Lei nº 8.213/91, preservando-se com isso o princípio do livre convencimento do Juiz e levando-se em conta as particularidades fenomenológicas da vida no campo. [...] 3. Aplicação subsidiária do art. 5º da Lei 9.099/95, que permite ao Julgador valorar as provas dentro do seu próprio critério de justiça, como sói ocorrer no caso em questão, por ocasião da audiência de instrução e julgamento (...).⁷⁴

Em relação à prova testemunhal, esta não tem a mesma força probante quando em comparação a outros ramos do direito, recebendo tratamento próprio na seara previdenciária. Segundo dispõe a Súmula nº 149 do STJ, a prova exclusivamente testemunhal não basta para a comprovação da atividade rurícola para efeito de obtenção de benefício previdenciário. Imprescindível, pois, o início de prova material.

LEITÃO e MEIRINHO⁷⁵ invocam entendimento do TNU que se coaduna à proteção conferida aos segurados especiais, não obstante o disposto na legislação e na súmula nº 149 do STJ, admitindo, em casos excepcionais, a possibilidade de desconsiderar a exigência de início de prova material, no que tange aos trabalhadores bóias-frias, ante a flagrante e inegável dificuldades de apresentação de documentos relativos à atividade rural, sendo permitido, em casos extremos, tão somente a prova testemunhal, mesmo que na completa ausência de prova material.

Para que sirvam como início de prova material, os documentos comprobatórios do labor rural devem ser contemporâneos aos fatos que pretendem provar - exigência essa sumulada pela TNU através da Súmula nº 34 - sendo que a comprovação do efetivo exercício de atividade rural será feita em relação aos meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício ou do implemento da idade mínima, conforme dispõe a Súmula nº 54 da TNU, mesmo que de forma descontínua - em respeito ao princípio da continuidade do labor rural, durante o período igual ao da carência exigida para a concessão do benefício, por meio dos documentos indicados no art *retro* ou outros aptos a comprovarem essa atividade, desde que com início de prova material.

Porém, excepcionalmente, tal exigência não deve ser tomada como empecilho à comprovação da atividade rural quando há dificuldade em prová-la somente por meio de documentação contemporânea a essa atividade. Flexibiliza-se, pois, o entendimento

⁷⁴ (Recurso Inominado nº 2005.33.00.769122-5/BA (nº de origem: 2004.33.00.751793-9). RECURSO INOMINADO CONTRA SENTENÇA CÍVEL Nº 2005.33.00.769122-5/BA (Nº DE ORIGEM 2004.33.00.751793-9).

⁷⁵ LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S., 2014, p. 482.

sumulado do TNU quando no caso concreto se observa uma mais peculiaridade no que se refere às provas produzidas, desde que se verifique, pelo arcabouço probatório, que de fato o segurado exerceu tal atividade rural. É o caso, por exemplo, das certidões de registro civil expedidas posteriormente à atividade que se pretende provar, eis que ostentam fé pública.

Em outra oportunidade, a TNU⁷⁶ concluiu que, embora o enunciado da Súmula nº 34 da TNU exija a contemporaneidade da prova material, nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos.

Corroborando essa flexibilização da Súmula, cabe analisar o teor da Súmula nº 14 da TNU, qual dispõe que não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, desde que apta a comprovar a atividade no respectivo interstício temporal.

Nesse diapasão, também já decidiu o STJ:

é prescindível que o início de prova material abranja necessariamente o número de meses idêntico à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, desde que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória ao tempo da carência, vale dizer, desde que a prova oral permita a sua vinculação ao tempo de carência.⁷⁷

Segundo denota FOLMANN e SOARES,

A desnecessidade de provas contínuas em todo o período a ser provado deriva do "princípio da presunção de conservação do estado anterior", pelo qual presume-se que o segurado continuou a atividade rurícola nos períodos não comprovados, mas precedidos de comprovação, sobretudo se houver um período posterior também comprovado.⁷⁸

Verifica-se, pois, certa flexibilização no sistema de prova tarifada adotado pelo legislador, vez que reconhecida, também pelo Poder Judiciário, a dificuldade intrínseca do trabalhador campesino em comprovar a sua situação laboral. Não fosse apenas isso, sua hipossuficiência e falta de instrução técnica demandam do poder público tratamento

⁷⁶ BRASIL. Turma Nacional de Uniformização. Acórdão. Incidente de Uniformização nº 0005166-97.2010.4.01.4300. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADORA RURAL. DOCUMENTOS IDÔNEOS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. SÚMULA 14 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 20. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. Relator Juíza Federal Herculano Martins Nacif. Julgado em 17/04/2013. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/>>. Acesso em 23/10/2015.

⁷⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial nº 1.115.892/SP. 5ª Turma. DIREITO PREVIDENCIÁRIO, Benefícios em Espécie, Aposentadoria por Idade (Art. 48/51), Rural (Art. 48/51). Relator Min. Felix Fischer. Julgado em 13/08/2009. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200900052765&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos>>. Acesso em 02/11/2015.

⁷⁸ FOLMANN, M. SOARES, J. M., 2012, p. 93.

diferenciado para que faça possível maior igualdade de concessão dos benefícios previdenciários àqueles segurados.

Ainda, o início de prova material não precisa, necessariamente, referir-se à pessoa do segurado, podendo se relacionar a terceiro, havendo vínculo aparente entre este e o segurado.

É o que dispõe a Súmula nº 6 da TNU:

Comprovação da condição de rurícola. A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade rurícola.⁷⁹

Conforme visto, é prescindível de que os documentos probantes da atividade rural se refira única e exclusivamente ao segurado, considerando-se como início de prova material desde que a partir desses documentos seja possível a identificação do labor rural do segurado, ainda que a menção feita seja constante de documento de cônjuge ou familiar próximo. Não apenas isso, a indicação do endereço rural do segurado já pode ser um indicativo a ser considerado pelo juiz, vez que, conforme analisado quando da caracterização do segurado especial, para que transpareça o regime de economia familiar, próprio a esse segurado especial, faz-se necessário que resida em área rural ou aglomerado próximo.

Nesse mesmo sentido, dispõe a Súmula nº 32 da AGU:

Para fins de concessão dos benefícios dispostos nos arts. 39, inciso I e seu parágrafo único, e 143 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, serão considerados como início razoável de prova material documentos públicos e particulares dotados de fé pública, desde que não contenham rasuras ou retificações recentes, nos quais conste expressamente a qualificação do segurado, de seu cônjuge, enquanto casado, ou companheiro, enquanto durar a união estável, ou de seu ascendente, enquanto dependente deste, como rurícola, lavrador ou agricultor, salvo a existência de prova em contrário.⁸⁰

Em sentido análogo, foi editado o Enunciado nº 22 do CRPS:

Considera-se segurada especial a mulher que, além das tarefas domésticas, exerce atividades rurais com o grupo familiar respectivo, aproveitando-se

⁷⁹ BRASIL. Turma Nacional de Uniformização. Súmula nº 6. A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade rurícola. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=6>>. Acesso em 14/11/2015.

⁸⁰ BRASIL. Advogacia-Geral da União. Súmula nº 32. Para fins de concessão dos benefícios dispostos nos artigos 39, inciso I e seu parágrafo único, e 143 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, serão considerados como início razoável de prova material documentos públicos e particulares dotados de fé pública, desde que não contenham rasuras ou retificações recentes, nos quais conste expressamente a qualificação do segurado, de seu cônjuge, enquanto casado, ou companheiro, enquanto durar a união estável, ou de seu ascendente, enquanto dependente deste, como rurícola, lavrador ou agricultor, salvo a existência de prova em contrário. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/28332>>. Acesso em 14/11/2015.

lhe as provas materiais apresentadas em nome de seu cônjuge ou companheiro, corroboradas por meio de pesquisa, entrevista ou Justificação Administrativa.⁸¹

LEITÃO e MEIRINHO ressaltam, porém, que "a utilização de documentos de terceiros para fins de comprovação do trabalho, via de regra, está limitada aos membros do grupo familiar"⁸². Entretanto, o próprio autor demonstra precedentes em que a TNU admite como início de prova material documentos em nome de terceiros que não os membros do grupo familiar, desde que seja ratificada pelo arcabouço probatório, de modo ainda mais robusto.

Em consonância com esse entendimento, o STJ ressalta que deve ser adotada cautela pelo magistrado quanto à extensão da prova material em nome de um cônjuge com intenção de beneficiar ao outro, sendo que não é possível quando aquele passa a exercer trabalho urbano, devendo a prova material ser apresentada em nome próprio. Em outros termos, segundo LEITÃO e MEIRINHO aquele que pretende ser enquadrado na categoria de segurado especial "Deverá apresentar provas em nome próprio, já que a extensão de prova material em nome de um cônjuge ao outro fica prejudicada quando aquele passa a exercer trabalho urbano".⁸³

Importante ressaltar o teor da Súmula nº 242 do STJ, qual dispõe que cabe ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários, com escopo de conferir maiores possibilidades probatórias aos segurados em relação a atividade exercida.

LEITÃO e MEIRINHO salientam, ainda, que a

3ª Seção do STJ já admitiu a possibilidade de o tribunal, na ação rescisória, analisar documento novo para efeito de configuração de início de prova material destinado à comprovação do exercício de atividade rural, ainda que esse documento seja preexistente à propositura da ação em que proferida a decisão rescindenda referente à concessão de aposentadoria rural por idade. Segundo argumentou, é irrelevante o fato de o documento apresentado ser preexistente à propositura da ação originária, pois devem ser consideradas as condições desiguais pelas quais passam os trabalhadores rurais, adotando-se a solução pro misero. Dessa forma, concluiu que o documento juntado aos autos seria hábil à rescisão do julgado com base no art. 485, VII, do CPC, segundo o qual a sentença de mérito transita em julgado pode ser rescindida

⁸¹ BRASIL. Conselho de Recurso da Previdência Social. Súmula nº 22. Considera-se segurada especial a mulher que, além das tarefas domésticas, exerce atividades rurais com o grupo familiar respectivo, aproveitando-se-lhe as provas materiais apresentadas em nome de seu cônjuge ou companheiro, corroboradas por meio de pesquisa, entrevista ou Justificação Administrativa. Disponível em: <<http://www.legjur.com/sumula/busca?tri=crps>>. Acesso em 14/11/2015.

⁸² LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S., 2014, p. 487.

⁸³ Ibidem, p. 176.

quando, "depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável".⁸⁴

Essa atividade deve ser comprovada, entretanto, de forma contemporânea aos períodos a serem contados para a concessão do benefício pretendido, mencionando, inclusive, as datas de início e de término das atividades.

Verifica-se, assim que ante a dificuldade comprobatória da situação laboral do segurado especial, a jurisprudência vem construindo entendimento que se coadune à proteção constitucional, conferindo a outros documentos força probante dessa atividade.

LEITE resume a situação de comprovação da atividade exercida pelo segurado especial da seguinte forma:

Em vista disto, busca-se garantir à sociedade, a aos indivíduos hipossuficientes a tutela dos seus direitos, através do sopesamento diante da análise do caso concreto. Outrossim, diante das condições especiais a que está submetido o trabalhador rurícola, o juízo interpretativo do julgador deve ser pautado pelo princípio da razoabilidade, não sendo justo a exigência de guarda de documentos antigos, os quais essas pessoas não creditam qualquer valor. Esta discussão se faz para que o período de carência previsto em lei seja saciado através de documentações - ainda que recentes - para que se constate o início de prova material, que, analisado conjuntamente com a prova testemunhal e o depoimento pessoal do segurado, possibilite um juízo de valor considerado seguro pelo magistrado acerca dos fatos que o segurado demandante busca comprovar.⁸⁵

Ora, de fato a situação previdenciária do trabalhador campesino é inferior ao do segurado urbano, ainda que este necessite contribuir obrigatoriamente à Previdência Social para fazer jus aos benefícios securatórios, e isso porque há uma grande defasagem previdenciária no âmbito rural, seja em relação aos benefícios concedidos a esses segurados, seja no que se refere às contribuições vertidas à Previdência, ou até mesmo quanto à comprovação da atividade exercida por esses trabalhadores.

Diante disso, faz-se necessário para concretizar o mandamento constitucional de equiparação dos trabalhadores urbanos ao rurais de uma atuação ímpar dos Poderes Judiciário e Executivo a fim de possibilitar a dignidade do trabalho rural consubstanciada na concessão de benefícios previdenciários àqueles que de fato trabalharam no campo e assim consigam comprovar, seja com início de prova material ou, até mesmo, excepcionalmente, tão-somente através de prova testemunhal.

⁸⁴ LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S., 2014, p. 489.

⁸⁵ LEITE, Lucas Guilherme Dourado. Segurado especial: a dificuldade de comprovação da atividade rural. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/30237/segurado-especial-a-dificuldade-de-comprovacao-da-atividade-rural>>. Acesso em 06/10/2015.

2.4 A Aposentadoria por Idade Mista ou Híbrida

Analizado o tópico referente às aposentadorias, delimitando-as como urbanas ou rurais, cabe agora ressaltar as mudanças introduzidas pela Lei nº 11.718/2008, qual previu nova modalidade de aposentadoria, conforme a seguir exposto.

A Lei nº 11.718/2008 trouxe inovações na aposentadoria rural por idade no que diz respeito ao labor empreendido em ambas as atividades, rural e urbana, criando a *sui generis* aposentadoria por idade híbrida ou mista, o qual autoriza que os trabalhadores considerarem como períodos de contribuição o trabalho exercido sob outras categorias de segurados, entre elas de segurado especial, condicionando o deferimento do benefício ao preenchimento da idade mínima, qual seja, 65 anos para homem e 60 anos para mulher, e carência necessária. Conforme se vê, em relação à idade, difere-se a aposentadoria hodierna da aposentadoria etária rural “pura” pelo acréscimo de cinco anos na contabilização como segurado, mesma idade necessária na aposentadoria por idade urbana.

Tal Lei acrescentou ao art. 48 da Lei nº 8.213/91 os §§ 2º, 3º e 4º, dispondo:

Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 1º Os limites fixados ncaputão reduzidos para sessenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea do inciso I, na alínea do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 1º deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III a VIII do § 9º do art. 11 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11,718, de 2008)

§ 3º Os trabalhadores rurais de que trata o § 1º deste artigo que não atendam ao disposto no § 2º deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher. (Incluído pela Lei nº 11,718, de 2008)

§ 4º Para efeito do § 3º deste artigo, o cálculo da renda mensal do benefício será apurado de acordo com o disposto no inciso II do caput do art. 29 desta Lei, considerando-se como salário-de-contribuição mensal do período como segurado especial o limite mínimo de salário-de-contribuição da Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 11,718, de 2008)⁸⁶

⁸⁶ BRASIL. Lei nº 8.213/1991. 2013, p. 1.511.

A partir das modificações retro, entende-se existirem no atual contexto previdenciário brasileiro três modalidades de aposentadoria etária, quais sejam, urbana, rural "pura" e mista ou "híbrida", distinguindo-se esta das demais pelo fato de computar tempos de labor urbano e rural, incorporando à sua definição requisitos mesclados entre as duas primeiras aposentadorias por idade. Importante ressaltar que a partir da promulgação de referida lei, a aposentadoria por idade até então denominada rural passou a ser chamada de aposentadoria etária rural "pura", a fim de não se confundir com o conceito da então criada aposentadoria por idade, qual passou a integrar as modalidades de aposentadoria por idade rural.

Notadamente, trata-se de Lei benéfica aos segurados especiais, em particular, uma vez englobá-los, de forma mais efetiva, na seara previdenciária. Assim o sendo, tem-se que os mandamentos constitucionais referentes à equiparação dos segurados rurais aos trabalhadores urbanos ganham nova projeção securitária, tendo em vista que os benefícios concedidos a essas atividades mais e mais equiparam-se entre si, representando um grande avanço democrático na Previdência Social. Mais do que isso, o Estado, pelas suas políticas públicas, entre elas o reconhecimento das peculiaridades do labor rural, passa a fornecer aos segurados camponeses melhores condições de vida, assegurando a eles benefícios previdenciários propriamente dito, já que o assistencialismo na área rural passa a dar lugar a verdadeiras políticas previdenciárias.

Retirando do denominado “limbo previdenciário” em que se encontravam inúmeros segurados que, ao longo da vida, exerceram atividades conceituadas tanto como urbana quanto como rural, a Lei supramencionada expandiu sua proteção a esses trabalhadores, tornando possível o cômputo de ambas as atividades para a concessão de benefício por aposentadoria etária.

Vê-se que a transição entre o trabalho urbano e o trabalho rural, ou vice-versa, dá-se por contingências sociais diversas, principalmente pelo êxodo rural - em que habitantes do campo migram para cidades urbanas em busca de melhores condições de vida - e o êxodo urbano - que ocorre, em grande número, pela desilusão encontrada pelo antigo trabalhador do campo ao deparar-se com a vida urbana, fazendo-o retornar à sua habitação de origem. Dessa forma, até o advento dessa Lei, esses trabalhadores não cumpriam o requisito específico de cada modalidade de aposentadoria por idade até então existente, vez que o labor exercido se dividia entre períodos de atividade urbana e rural, o que não poderia ser somado para o fim do benefício em almejo, restando, assim, a esses trabalhadores, pleitear condições

mínimas de vida através de benefícios meramente assistenciais, ainda que tenham contribuído de uma forma ou de outra para a previdência social.

Dessa modo, cabe salientar que as disposições da referida Lei se aplicam retroativamente a todo o labor empreendido pelo segurado que solicitar benefícios por base nas modificações suscitadas pela Lei nº 11.718/2008, podendo, inclusive, ser reanalisados os pedidos administrativos anteriormente indeferidos.

Cabe ressaltar a eficácia da sentença de improcedência transitada em julgado que decide sobre a aposentadoria por idade sobre as modalidades tradicionais e seu efeito sobre novo pedido amparado na Lei hodierna.

Conforme sedimentado pela jurisprudência pátria, os efeitos da coisa julgada se limitam às questões postas em juízo. Sendo assim, havendo nova demanda judicial versando sobre o mesmo pedido já decidido, o trânsito em julgado da sentença pretérita impedirá que a ação moderna tenha regular prosseguimento, impondo sua soberania sobre o caso.

A contrario sensu, sendo as causas de pedir distintas da ação *retro*, fundada em direito diverso, o transitado em julgado não operará seus efeitos sobre essa nova demanda, eis que não se sobressai aos direitos não decididos anteriormente.

Ora, fixado esse entendimento, há-se de verificar o caso de pedido de concessão de aposentadoria por idade urbana ou rural “pura” indeferido, seja pelo Poder Judiciário, seja pela Autarquia Previdenciária, eis que não utilizados os prazos de ambos os períodos para a concessão do benefício.

O novo pedido deverá ter por base a Lei nº 11.718/2008, qual dispõe a respeito da aposentadoria por idade mista ou híbrida, conforme já analisado, o que impõe à sua análise o labor rural intercalado ao labor urbano, ou vice-versa. Dessa forma, não verificado o labor do segurado segundo a extensão dada pela Lei supracitada, a questão é analisada a partir de requisitos próprios, não se confundindo com o direito anteriormente pleiteado. Nesse caso, mesmo havendo sentença judicial ou decisão administrativa indeferindo o pedido de aposentadoria por idade sob as categorias urbana e rural “pura”, o trânsito em julgado do feito não obstará a propositura de nova ação, desde que sob os parâmetros da Lei hodierna.

Porém, conforme bem salientam SANTOS e TAVARES, "a decisão embasada na nova lei só terá efeitos financeiros a partir do novo pedido".⁸⁷

Quanto aos requisitos para sua concessão, faz-se necessário o preenchimento de carência mínima e idade. Em relação a carência, deve o beneficiado comprovar as 180 contribuições mensais, ou àquela prevista na regra de transição, sendo ambos os labores, rural e urbano, considerados concomitantemente para o preenchimento desse requisito. Dessa forma, comprovando-se o trabalho exercido no período de 20 anos, por exemplo, mesclado em urbano ou rural, fara jus a dito benefício, independentemente se o labor rural se deu, por exemplo, no interregno de 6 anos, sendo o restante trabalhado na condição de segurado urbano, ou vice-versa. Ora, tal conclusão se impõe pela ausência de disposição específica sobre o tema, uma vez que a lei não define, tampouco quantifica o *quantum* de períodos urbanos e rurais que devem ser computados, ou seja, não havendo regulação expressa sobre o período laborada em uma ou outra atividade, há-se de concluir ser indiferente para o deferimento do pedido os períodos empreendidos sob cada modalidade de segurado. Assim, não se exige tempo mínimo em determinada atividade para que o segurado possa computar esse período com a finalidade de aposentar-se por idade na categoria mista ou "híbrida".

Cabe ressaltar que em relação à carência, conforme já verificado, não constitui obstáculo à obtenção desse benefício previdenciário o segurado não mais deter essa qualidade no momento do requerimento administrativo. Caso assim não o fosse, ter-se-ia uma notável injustiça perpetrada contra o trabalhador rural.

Ora, preenchidos os requisitos elencados por lei, não cabe à Autarquia Previdenciária indeferir o pedido pelo simples fato de não mais se filiar à Seguridade Social. Do contrário, exigir-se-ia do pretense beneficiado nova filiação à seguridade social exatamente no momento em que se encontra em momento mais frágil, qual seja, quando solicita administrativamente a concessão do benefícios previdenciário etário. Nesse sentido, cabe ressaltar o teor da Instrução Normativa INSS/PRES nº 45, de 06 de agosto de 2010, qual dispõe ser o momento do implemento do requisito etário o fixado para a contagem da carência.

⁸⁷ SANTOS, Janaina Aparecida dos; TAVARES, Rosana. Aposentadoria urbana e rural frente ao sistema brasileiro de previdência social. Disponível em: <http://www.rkladvocacia.com/arquivos/artigos/art_srt_arquivo20140121123238.pdf>. Acesso em 03/11/2015.

Assim, analisa MENDES, em relação à aplicação do disposto no art. 3º da Lei nº 10.666/2003, qual prevê a possibilidade de concessão do benefício àquele que tenha perdido a qualidade de segurado, que

Em nosso sentir, porém, não há qualquer justificativa plausível para a não incidência do supracitado dispositivo ao trabalhador rural, pelo princípio básico de hermenêutica ‘*que ubi lex non distinguit, nec nos distinguere debemus*’, ou seja, onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete distinguir.⁸⁸

Ademais, prossegue o autor sustentando que a não aplicação desse dispositivo ao trabalhador rural acarretaria um afronta aos princípios da isonomia e da uniformidade e equivalência dos trabalhadores rurais e urbanos no acesso aos benefícios previdenciários, "posto que estaríamos promovendo um *discrímen* negativo com relação ao trabalhador rural, sem qualquer justificativa fática aceitável".⁸⁹

A carência, pois, deve ser comprovada de modo diverso na concessão do benefício de aposentadoria por idade mista ou híbrida, a depender das atividades empreendidas pelo segurado. Dessa forma, o labor urbano deve ser comprovado mediante a comprovação do recolhimento das contribuições mensais exigidas pela previdência social, computando-se as contribuições realizadas como número de meses de carência exigidos.

Por sua vez, em relação ao trabalho exercido no campo pelo segurado especial, deve o beneficiado comprovar o período de atividade exercido na modalidade de segurado especial através de mínimo de prova material, consolidada por prova testemunhal, compatível à época que se pretende provar.

Quanto ao requisito etário, este é idêntico ao exigido pelos trabalhadores urbanos, qual seja, 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens.

Em relação ao valor desse benefício etário, tem-se que o cálculo do benefício obedecerá à regra geral da aposentadoria por tempo de contribuição, considerando-se o tempo como segurado especial no valor mínimo para o salário de contribuição. Porém, nota-se que, em relação ao labor empreendido na seara urbana, a regra a ser seguida é a mesma aplicada à aposentadoria por idade urbana. Assim, ao mesmo tempo em que a Lei estipula que o valor mínimo a ser concedido por essa aposentadoria *sui generis* é o do salário mínimo, também dispõe que os salários de contribuições vertidos para a Previdência Social como segurado urbano que supere esse montante será computado para acrescentar o valor

⁸⁸ MENDES, Danilo Bueno. 2012, p. 210/211.

⁸⁹ Ibidem, p. 210/211

final do benefício, representando, desse modo, um avanço social no que diz respeito à esfera previdenciária rural, uma vez que o mesmo não ocorre na aposentadoria por idade rural “pura”, com montante fixado pelo salário mínimo nacional.

Verificados os principais pontos referente à inovação trazida pela Lei nº 11.718/2008, resta analisar as polêmicas suscitadas no âmbito da Administração Pública, bem como no Poder Judiciário, e na doutrina em relação à concessão do benefício de aposentadoria etária mista ou híbrida quanto à qualidade de segurado no momento do requerimento administrativo.

3 A (IM)POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA APOSENTADORIA POR IDADE MISTA OU HÍBRIDA

Verificar-se-á, ao longo do presente Capítulo, a interpretação e aplicação conferida à nova modalidade de aposentadoria por idade mista ou híbrida criada pela Lei nº 11.718/2008 tanto pela Autarquia Previdenciária, quanto pelo Poder Judiciário, ante a polêmica suscitada quanto à sua concessão aos segurados que, à data do pedido, constavam como trabalhadores urbanos, analisando, ademais, a contemporaneidade desse instituto jurídico frente às modificações por si sofridas.

3.1 A Exposição dos Motivos da Lei nº 11.718/2008

Conforme visto anteriormente, ainda que a Lei nº 11.718/2008 tenha trazido uma nova modalidade de aposentadoria etária, qual seja, a aposentadoria por idade híbrida ou mista, suscitou-se grande polêmica quanto à sua concessão aos segurados que, à data do requerimento, constavam como trabalhadores urbanos.

Dessa forma, questiona-se a possibilidade do deferimento do respectivo pedido quando feito por segurado urbano, ou seja, se tal modalidade de aposentadoria se aplicava ou não a esses trabalhadores, ou se tão somente aos segurados rurais.

Assim, levantou-se divergência de interpretação da referida Lei em inúmeras esferas dos Poderes Executivo e Judiciário, acarretando insegurança jurídica aos segurados urbanos que, à época do pedido de concessão de dito benefício, pretendiam usar período de labor rural empreendido no passado para deferimento do pedido de aposentadoria por idade híbrida ou mista.

Para melhor entender a dissonância interpretativa, se fará, num primeiro momento, a análise do histórico legislativo da criação da Lei nº 11.718/2008.

Em Dezembro de 2007 foi adotada a Medida Provisória nº 410, a qual criou o contrato de trabalho rural por pequeno prazo, estabelecendo normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural e prorrogando o prazo de contratação de financiamentos rurais.

Em sua exposição de motivos, há referência ao histórico previdenciário do trabalhador rural, este posto à margem de tal sistema, tendo em vista a ausência de registro formal quanto ao trabalho por ele exercido. De igual forma, mesmo com o advento das Leis ns. 8.212 e 8.213, ambas de 1991, a inclusão desses trabalhadores rurais na Previdência Social se deu de forma deficitária, não lhes sendo assegurado o respectivo acesso aos benefícios previdenciários, eis que a situações de informalidade nesse setor não havia mudado.

Em outras palavras,

Os argumentos para que a regra fosse assim interpretada, sempre levaram em consideração a necessidade de manter-se a inclusão previdenciária de uma categoria de trabalhadores com pouca oportunidade de contratação formal e, conseqüentemente, a impossibilidade de comprovação de vínculo trabalhista e da contribuição previdenciária pelo tempo necessário para atender ao cumprimento da carência exigida para obtenção de aposentadoria por idade aos 60 anos, o homem, e aos 55 anos, a mulher.⁹⁰

De tal forma, não havia condições mínimas que permitissem a esses trabalhadores atenderem aos imperativos legais e regulamentares estabelecidos pela legislação trabalhista e previdenciária, reconhecendo-se, ademais, a imprescindibilidade desses trabalhadores não serem amparados pela Previdência Social.

Não fosse apenas isso, na Exposição de Motivos há expressa menção ao diagnóstico sobre a Previdência Rural realizado em 2003, pelo qual restou

evidenciada a necessidade de melhorar a legislação aplicação ao setor, para eliminar as imprecisões que levam ao subjetivismo nas decisões de interesse dos segurado, bem como para facilitar a filiação e a inscrição previdenciárias [...].⁹¹

Salutar o interesse do Poder Executivo, no momento de expedição de dita Medida Provisória em simplificar a contratação do trabalhador temporário rural para inseri-lo, de maneira mais efetiva, no sistema previdenciário rural, eis que, a partir de então, valer-se-ia de maiores meios para provar a sua condição laboral.

Submetida a Medida Provisória em questão à deliberação do Congresso Nacional, o Relator da matéria, Deputado Federal do PT do Paraná, Assis do Couto, expressou que tal Medida assegura aos trabalhadores rurais todos os direitos de natureza

⁹⁰ BRASIL. Medida Provisória nº 410. Exposição de Motivos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Exm/EMI-40-MF-MPS-MTE.htm>. Acesso em 25/11/2015.

⁹¹ BRASIL. Medida Provisória nº 410. Exposição de Motivos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Exm/EMI-40-MF-MPS-MTE.htm>. Acesso em 25/11/2015.

previdenciária bem como o reconhecimento dos diversos papéis desempenhados pela agricultura familiar no desenvolvimento rural, em particular, no desenvolvimento social e econômico do país.

A essa Medida Provisória, destaca-se a proposta de Emenda nº 43, da alçada do Deputado Federal Florisvaldo Fier, qual inclui os §§ 3º e 4º ao art. 42 da Lei nº 8.213, preceituando que o Segurado Especial que não comprove o efetivo exercício de atividade rural por período correspondente à carência do benefício, mas que satisfaça essa condição se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias de segurado, fará jus ao benefício com a adição desses períodos ao tempo de atividade rural, se comprovar para cada ano de contribuição em outra categoria idade adicional de um ano, até o máximo de cinco anos. Entretanto, ainda que aprovada a referida Emenda, a redação do § 3º teve alterações pertinentes, passando a dispor:

§ 3º Os trabalhadores rurais de que trata o § 1º deste artigo que não atendam ao disposto no § 2º deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher.⁹²

Ora, salutar as modificações perpetradas na Emenda aditiva à Medida Provisória nº 410, vez que amplia a incidência do benefício em questão a segurados que, segundo a proposta inicial de Florisvaldo Fier, não teriam o respectivo direito. Nesse sentido, não apenas retirou o limite temporal de comprovação de no máximo cinco anos do labor exercido em outra modalidade de segurado, como também majorou a idade necessária para concessão do benefício em questão, diferenciando-o da aposentadoria etária rural pura.

Analizada a matéria em relação à sua criação, bem como as modificações realizadas ao longo da conversão da Medida Provisória nº 410 para a Lei nº 11.718/2008, resta verificar a discussão suscitada quanto à interpretação do dispositivo em comento na esfera do Poder Executivo.

⁹² BRASIL. Medida Provisória nº 410. Emenda Aditiva nº 43. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=13/02/2008&paginaDireta=01340>>. Acesso em 16/11/2015.

3.2 A Interpretação e Aplicação da Lei nº 11.718/2008 pela Autarquia Previdenciária

Quanto à interpretação conferida a essa nova modalidade de aposentadoria por idade, divergem entre si os Órgãos do Poder Executivo, uma vez que a Lei em comento dispõe expressamente ser o “trabalhador rural” beneficiário da modalidade de aposentadoria etária hodierna.

Contudo, no mesmo ano da promulgação da Lei nº 11.718/2008, foi expedido o Decreto nº 6.722, qual acrescentou o § 4º ao art. 51 do RPS, permitindo a concessão da aposentadoria etária híbrida ou mista ainda que na oportunidade do requerimento desse benefício o segurado não se enquadrasse como trabalhador rural.

Entretanto, não foi esse o entendimento adotado no âmbito da Autarquia Previdenciária, interpretando o benefício em questão no sentido de ser nova modalidade de aposentadoria por idade, aplicável exclusivamente aos trabalhadores rurais que nessa condição requererem a concessão do benefício, entendendo, ainda, que o disposto no art. 51, § 4º, da RPS é aplicável apenas para resguardar o direito adquirido do trabalhador rural que complementou os requisitos da concessão em momento pretérito, ainda que não se enquadre mais como trabalhador rural na data do requerimento.

Logo, segundo a Autarquia Previdenciária, seria inconcebível tomar a aposentadoria por idade com carência híbrida ou mista como benefício urbano de carência privilegiada - vez que possível o cômputo do labor rural - já que há vedação expressa nesse sentido, conforme dispõe o § 2º do art. 55 da Lei nº 8.213/91.

Nesse sentido, entendem FOLMANN e SOARES não ser "possível a inserção de atividade rural para o preenchimento da carência da aposentadoria por idade urbana"⁹³, havendo a possibilidade, para os autores mencionados, tão somente da inserção de tempo urbano para o preenchimento do tempo equivalente à carência da aposentadoria rural.

Assim, segundo essa vertente doutrinária, seria possível a utilização, pelo trabalhador rural, do

tempo laborado em atividade urbana para completar o período de carência exigido, mas o trabalhador urbano não pode utilizar-se da atividade

⁹³ FOLMANN, Melissa. SOARES, João Marcelino. 2012, p. 35.

campesina exercida há muitos anos atrás para completar seu período carencial da aposentação por idade urbana.⁹⁴

Segundo esse entendimento, a Lei nº 11.718/2008 foi criada para beneficiar os trabalhadores rurais que em determinado momento tenham se afastado dessa atividade, porém retornado ao labor rural posteriormente, a fim que possibilitasse a contagem do tempo empreendido como outra modalidade de segurado, inclusive urbano, para a concessão da aposentadoria por idade híbrida ou mista. Em outras palavras, diante do posicionamento adotado pela Autarquia Previdenciária, a Lei em questão acolheria tão somente os interesses dos segurados enquadrados no êxodo urbano, ou seja, daqueles que deixaram as cidades para retornarem ao labor rural anteriormente empreendido.

Por sua vez, o Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS - conferiu interpretação extensiva a esse dispositivo, entendendo ser aplicável também aos segurados urbanos, de modo a possibilitar a soma, para fins de carência, do labor rural empreendido anteriormente. Nesse sentido, admitir-se-ia a aposentadoria por idade híbrida ou mista ao segurado urbano que, nessa modalidade, requeresse a concessão do respectivo benefício previdenciário, contando-se o tempo laborado preteritamente na condição de segurado rural.

Dessa forma, diante da dissonância interpretativa do § 3º do art. 48 da Lei nº 8.213/91 e do art. 54, § 4º, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, foi encaminhada consulta à Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral da União junto ao Ministério da Previdência Social pela Diretoria de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - DIRBEN/INSS, restando assentado que:

[...] Para a concessão de aposentadoria por idade rural, basta a comprovação do efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, preenchido o requisito etário (art. 48, §§ 1º e 2º), no período imediatamente anterior ao requerimento (art. 143). Os trabalhadores rurais que não satisfazem a condição para a aposentadoria do art. 48, §§ 1º e 2º, podem computar períodos urbanos, pelo art. 48, § 3º, que autoriza a carência híbrida. Considerando a inaplicabilidade da Lei nº 10.666/03 para a concessão da aposentadoria rural, o art. 51, § 4º, do RPS, apenas admite que o trabalhador que completou os requisitos da aposentadoria do art. 48, § 3º, formule o requerimento posteriormente, sem necessariamente deter a qualidade de segurado rural, pois se trata de direito adquirido que não pode ser afastado pelo simples não exercício imediato.⁹⁵

⁹⁴ FOLMANN, Melissa. SOARES, João Marcelino. 2012, p. 37.

⁹⁵ BRASIL. Advocacia-Geral da União. Parecer nº 19. PREVIDENCIÁRIO. RGPS. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL DA LEI Nº 8.213/91, ART. 48, § 3º. MODALIDADE QUE ADMITE A "CARÊNCIA HÍBRIDA" COMPUTANDO PERÍODOS URBANOS PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA RURAL. RESTRITA AO TRABALHADOR RURAL, AINDA QUE DETENHA A QUALIDADE DE SEGURADO URBANO QUANDO DO REQUERIMENTO. RPS, ART. 51, § 4º. INTERPRETAÇÃO.

Tal entendimento se consubstancia na literalidade do § 3º do art. 48 da Lei nº 8.213/1991, eis que delimita os beneficiados como trabalhadores rurais, não englobando outras categorias de segurados. Logo, teria natureza nitidamente rural, não sendo possível admitir que abrangesse os trabalhadores urbanos. Tal interpretação, assim, se coadunaria à mens legis de inclusão e ampliação da proteção previdenciária aos trabalhadores rurais. Dessa forma, restringe-se o benefício em comento aos segurados rurais, com o objetivo de não excluir desse universo aqueles que já foram segurados urbanos em determinado momento, porém retornaram ao labor rural.

Por sua vez, conforme aduz, quanto à interpretação a ser conferida ao § 4º do art. 51 do RPS é de que a norma tem o fito apenas de resguardar o direito adquirido pelo segurado rural que, nessa condição, tenha preenchido os requisitos necessários para o benefício, porém no momento do requerimento administrativo não mais detivesse essa qualidade.

Ainda que a Consultoria Jurídica tenha sedimentado o entendimento supra, há reconhecimento expresso em seu texto de que a Lei nº 11.718/2008 foi criada para de algum modo corrigir a situação em que o segurado não auferia a totalidade da carência exigida nem como segurado urbano nem como rurícola, considerados os tempos isoladamente.

Aplicando-se referida Lei conforme o entendimento supra, verifica-se que esta não beneficiaria os segurados especiais assim considerados em tempos pretéritos, mas tão somente parcela restrita desses filiados à Previdência Social, qual seja, daqueles que nessa qualidade requererem o benefício previdenciário.

Porém, tal entendimento se dá em total afronta à realidade campesina, bem como aos preceitos constitucionais, em especial à igualdade de concessão de benefícios previdenciários aos segurados urbanos e rurais.

A realidade campesina demonstra que a vida no campo muitas vezes é trocada pelo labor urbano, pelo que se denomina êxodo rural, ou seja, a saída dos trabalhadores rurais do local em que prestavam seu labor para procurar melhores condições de vida nas grandes cidades. Desse modo, também se protegeria o segurado especial que deixa o labor rural para exercer atividade urbana caso lhe fosse concedida a aposentadoria por idade mista ou híbrida, vez que tal situação se dá, em grande parte, por adversidades alheias à

vontade do segurado, qual se vê obrigado a abandonar o labor rural até então exercido. Conforme bem exposto por LIMA:

Não se tem notícia de alguém sair do trabalho rural para no momento seguinte ser empresário, executivo de multinacional ou coisa do gênero. O que a experiência mostra é que o trabalhador rural vai à cidade empurrado pela falta de oportunidades do campo.⁹⁶

Diante do reconhecimento desse cenário, o constituinte pátrio criou preceitos atinentes à matéria rural, consubstanciada ao longo do texto constitucional, principalmente a insculpada no art. 194, inc. II, qual preceitua a uniformidade e equivalência dos benefícios concedidos à população rural e urbana. Dessa maneira, se for concedida à Lei nº 11.718/2008 interpretação conforme o entendimento consolidado pela Consultoria Jurídica, ignorar-se-ia a condição de segurado especial que no passado detinha o atual segurado urbano, o que significaria a não proteção desse período por ele laborado, desprezando assim o preceito constitucional supramencionado.

Nesse caso, excetuando-se as situações compreendidas no êxodo urbano, a questão do limbo previdenciário ainda persistiria à Lei nº 11.718/2008, eis que o segurado urbano não poderia usar do tempo em que prestava atividade rural para a contagem de tempo para o benefício de aposentadoria etária. E, uma vez verificada na realidade rural incidência maior de casos de êxodo rural, a aplicação prática dessa Lei se restringiria à porcentagem mínima de segurados especiais.

Deve-se interpretar, pois, a nova redação dos §§ 3º e 4º do art. 48 da Lei nº 8.213/1991 de forma sistemática com a regra constitucional da uniformidade e equivalência dos benefícios às populações rurais e urbanas, de forma a fazer valer o princípio da isonomia, pois

Não há lógica nem justiça permitir que o trabalhador rural aproveite períodos urbanos para a obtenção de aposentadoria por idade mista (§ 3º do art. 48 da Lei nº 8.213/91), e denegar o mesmo direito ao trabalhador urbano que tenha laborado anteriormente na área rural.⁹⁷

Porém, ainda que no Relatório das principais legislações aprovadas pela Câmara dos Deputados do Biênio 2008/2009, tome a aposentadoria etária mista ou híbrida como um benefício concedido ao segurado especial, à época prevaleceu o entendimento adotado pela Consultoria Jurídica junto à Previdência Social, uma vez acolhido pelo

⁹⁶ LIMA, Valter Sarro de. Aposentadoria por idade mista. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/24976/aposentadoria-por-idade-mista>>. Acesso em 09/11/2015.

⁹⁷ NASCIMENTO, Márcio Augusto. Aposentadoria por idade mista - a inteligência do art. 48, parág. 3., da Lei 8.213. Disponível em <<http://juizadosespeciaisfederais.blogspot.com.br/2013/05/aposentadoria-por-idade-mista-rural-e.html>>. Acesso em 09/11/2015.

Ministério da Previdência Social, ensejando que todos os pedidos de concessão do benefício de aposentadoria por idade mista ou híbrida feitos por segurados urbanos fossem negados, eis que o período laborado como segurado especial não poderia ser contado a fim de satisfazer os requisitos desse benefício, salvo na hipótese em que a idade tenha sido preenchida enquanto laborava em atividade rural, resguardando-se, assim, o direito adquirido desse segurado.

3.3 A Controvérsia do Poder Judiciário na Interpretação e Aplicação da Lei nº 11.718/2008

Uma vez negados os pedidos administrativos pelo Executivo Previdenciário feitos pelos segurados urbanos, tendo por base o direito insculpido na Lei supramencionada, já que fixada a tese segundo a qual não é possível a contagem de labor rural exercido preteritamente a fim de satisfazer o requisito de carência da norma hodierna, restava, ao segurado, tão somente pleitear a concessão desse benefício em Juízo.

Assim, suscitada a controvérsia em âmbito judicial, também houve divergência quanto à interpretação a ser conferida ao permissivo legal insculpido na Lei nº 11.718/2008. Em relação aos pleitos intentados pelos trabalhadores rurais, ressalta-se que a única dissonância jurisprudencial era quanto à possibilidade ou não da contagem do labor rural exercido anteriormente à vigência da Lei nº 8.212 e 8.213, ambas de 1991. Da mesma maneira, ainda que enquadrado na condição de segurado urbano, fará jus ao deferimento da aposentadoria por idade mista ou híbrida desde que tenha complementado o requisito etário enquanto Segurado Especial. Nesse último caso, o direito adquirido era resguardado pelo Judiciário independentemente da interpretação conferida ao art. 51, § 4º do RPS pelo Ministério da Previdência Social.

Nesse caso, ressalta-se o seguinte julgado:

APOSENTADORIA POR IDADE. REMESSA OFICIAL. TRABALHADORA RURAL. ATIVIDADE URBANA. IMPLEMENTO DA IDADE DE 60 ANOS. LEI 11.718/08. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TUTELA ESPECÍFICA. ART. 461 DO CPC.

1. A trabalhadora que abandonou a atividade rural, mas implementou a idade de 60 anos e continuou trabalhando como empregada urbana, tem direito à aposentadoria por idade na forma prevista no § 3º do art. 48 da Lei nº 8.213, de 1991, acrescentado pela Lei nº 11.718, de 2008.

2. Preenchidos os requisitos carência e idade mínima, é de ser concedida a aposentadoria por idade. [...] ⁹⁸

Depreende-se, do julgado, que o segurado em questão implementou o requisito etário em momento pretérito ao abandono da atividade rural, ou seja, enquanto ainda segurado especial, vindo a exercer, posteriormente, atividade urbana.

Porém, enfrentada propriamente a controvérsia, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª região julgou procedente o pedido de concessão do benefício de aposentadoria etária mista ao segurado urbano, ementando a matéria da seguinte forma:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA HÍBRIDA POR IDADE. INTEGRAÇÃO DE PERÍODO DE TRABALHO RURAL AO DE CATEGORIA DIVERSA. LEI Nº 11.718/08. CONCESSÃO. CONECTÁRIOS. TUTELA ESPECÍFICA

Os trabalhadores rurais que não atendam ao disposto no art. 48, § 2º, da Lei nº 8.213/01, mas que satisfaçam as demais condições, considerando-se períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício de aposentadoria por idade ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher.

Preenchendo a parte autora o requisito etário e carência exigida, tem direito a concessão da aposentadoria por idade, a contar da data do requerimento administrativo. ⁹⁹

Destacou-se, ainda, que para a concessão da aposentadoria por idade, na modalidade híbrida, é irrelevante qual seja a atividade exercida pelo segurado ao tempo do requerimento administrativo, eis que o art. 51, § 4º, do Decreto nº 3.048/99 foi inserido posteriormente às alterações intentadas pela Lei nº 11.718/2008, com o fito de possibilitar a concessão do benefício em análise ainda que na oportunidade do requerimento da aposentadoria o segurado não se enquadre como trabalhador rural.

Segundo esse entendimento, a tese adotada pela Autarquia Previdenciária viola a mens legis da referida Lei, cujo objetivo principal, conforme exposto, é de resguardar os interesses dos trabalhadores rurais. Protege-se, assim, o Segurado Especial no momento em que o trabalho por si empreendido faz-se mais necessário, qual seja, quando do pedido de concessão do benefício etário híbrido, não importando que categoria de segurado se enquadre.

⁹⁸ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Acórdão. Recurso de Apelação. 5ª Turma. Aposentadoria por Idade - Urbana (art. 48/51). Relator Juiz Federal Ezio Teixeira. Julgado em 16/12/2010. Disponível em: <http://www2.trf4.gov.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=trf4&documento=3458010&hash=6bd2c471c9b372f326c673885a91ca04>. Acesso em 13/11/2015.

⁹⁹ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Acórdão. Recurso de Apelação. 5ª Turma. Aposentadoria por Idade - Rural (art. 48/51). Relator Juiz Federal Rogerio Favreto. Julgado em 17/11/2011. Disponível em: <http://www2.trf4.gov.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=trf4&documento=4667809&hash=e476677fcc117acd002a6b384cbc158c>. Acesso em 13/11/2015.

A respeito, segundo FOLMANN e SOARES “Tal entendimento ganha força pela inserção do § 4º ao art. 51 do RPS, feita pelo Decreto nº 6.722/08, que impõe a aplicação da aposentadoria híbrida mesmo que na DER o segurado não se enquadra como trabalhador rural”.¹⁰⁰

O referido julgado, ainda que tenha influenciado considerável vertente jurisprudencial, não prevaleceu, contudo, quando da análise sobre a matéria pela Turma Nacional de Uniformização (TNU), através do Pedido de Uniformização nº 2008.50.51.001295-0, julgado em 04 de setembro de 2013.

O acórdão atacado, de lavra da Turma Recursal do Espírito Santo, reformou a sentença de improcedência proferida em primeira instância, para conceder o benefício da aposentadoria por idade mista ou híbrida a trabalhador urbano, para isso contando o labor rural outrora empreendido pelo segurado. A alegação feita para sustentar a referida interposição de incidente de uniformização é de divergência de entendimento adotado pelas diversas Turmas Recursais Federal em todo o território nacional.

Por sua vez, o acórdão paradigma afastou a aplicação da Lei nº 11.718/2008 por considerar que a partir do seu advento se passou a autorizar tão só o cômputo de trabalho urbano exercido preteritamente pelo trabalhador rural e não o inverso.

Segundo FOLMANN e SOARES,

Destaque-se que o posicionamento adotado pelos Juizados Especiais Federais, apesar de ser criticável sob o prisma de alguns, atende exatamente ao intuito do legislador da Lei 11.718/08, pois a referida norma foi idealizada pela CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, no intuito de resguardar direitos dos trabalhadores rurais, assim entendidos os que estão na terra. Note-se que a exposição de motivos da Lei, bem como todos os relatórios em torno da mesma, deixam claro o intuito da norma [...].¹⁰¹

A TNU, então, fixou entendimento de que a inovação legislativa insculpida na Lei retro deve ser interpretada restritivamente, de forma a não abranger o período laborado na condição de segurado campestre pelo segurado urbano que abandonou definitivamente o labor rural.

Em outras palavras, o julgamento em questão se consubstancia no reconhecimento do labor urbano exercido preteritamente por aquele segurado que, já em idade avançada, vê-se obrigado a retornar ao campo para satisfazer o requisito de aposentadoria por

¹⁰⁰ FOLMANN, Melissa. SOARES, João Marcelino. 2012, p. 41.

¹⁰¹ Ibidem, p. 38.

idade mista. Porém, a realidade agrária no Brasil parece não ser levada em consideração no referido julgado, eis que o êxodo urbano, ainda que existente no cenário nacional, não representa quantitativamente uma preocupação que ensejaria modificações no âmbito Previdenciário Rural.

Por sua vez, a saída do campo por trabalhadores que buscam melhores condições de vida nas grandes cidades é uma realidade que deve ser enfrentada pelo legislador pátrio, uma vez que o crescente número de êxodo rural vivenciado no país nas décadas passadas¹⁰² enseja, na atualidade, um efetivo número de pedidos de concessão do referido benefício previdenciário.

Verificando de forma sistemática a situação do Segurado Especial que deixou essa condição, passando a laborar em atividade urbana no histórico previdenciário do Brasil, percebe-se enorme insegurança jurídica ao longo dos tempos.

De início, não havia previsão expressa sobre a possibilidade de computar ambos os períodos a fim de satisfazer os requisitos para aposentadoria etária, seja na modalidade urbana ou rural. Dessa maneira, ao segurado cabia pleitear o benefício previdenciário computando o período de tempo em labor rural ou como Segurado Urbano, considerados isoladamente, sem possibilidade de acumulação. Tal ocorreu somente em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.718/2008, responsável por criar a aposentadoria por idade mista ou híbrida, em que se permitia somar o tempo de atividade urbano ao labor rural para a concessão desse benefício.

Entretanto, ainda assim, na esfera executiva, suscitou-se controvérsia a respeito da interpretação do benefício em questão, eis que incluído, por Decreto, o § 4º ao art. 51 da RPS, prevendo a possibilidade da concessão do benefício da aposentadoria etária híbrida ainda que no momento do pedido tal segurado seja filiado à Previdência Social em outra modalidade que não como trabalhador rural. Dessa forma, a CRPS e a Autarquia Previdenciária adotavam entendimentos distintos entre si, ensejando Parecer Jurídico da lavra da AGU, acolhido pelo Ministério da Previdência Social, qual fixou a tese segundo a qual não

¹⁰² O comportamento demográfico da população rural ao longo do tempo, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística de 2011, demonstra o contínuo abandono da área rural pelo trabalhador camponês, a fim de buscar melhores condições de vida nas grandes cidades. Ainda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estima que somente entre 2015/2020 deve haver o fim do êxodo rural no Brasil, com, aproximadamente, 90% da população vivendo nas áreas urbanas. Disponível em: <http://www.upf.br/observatorio/index.php?option=com_content&view=article&id=67%3Aexodo-rural&catid=16%3Aforum-agronegocio&Itemid=26>. Acesso em 25/11/2015.

é possível computar-se o labor rural empreendido pelo segurado urbano que abandonou de forma permanente a condição de segurado especial.

Dessa forma, apenas em 2013 foi assentado o entendimento em questão em âmbito do Poder Executivo, fazendo com que todos os pedidos com base no direito referido no art. 48, § 3º, da Lei nº 8.213/91, fossem analisados pela Autarquia Previdenciária segundo os critérios adotados no Parecer supracitado.

Assim, conforme visto, ao segurado nessa condição restava pleitear seu direito no âmbito do Poder Judiciário, o qual, de igual forma, suscitou polêmica quanto à concessão dessa nova modalidade de aposentadoria etária. Se, por um lado, a TNU intentou fixar entendimento a ser seguido pelo restante das Turmas Recursais Federais, por outro essa interpretação não foi amplamente aceita.

Tamanha insegurança jurídica ensejou julgamentos diversos quanto à concessão desse benefício, dependendo do entendimento fixado em âmbito de cada Tribunal. Isso porque, inobstante a interpretação conferida aos ditos dispositivos pela Autarquia Previdenciária e pela TNU, conforme analisa FOLMANN e SOARES,

Contudo, já existe entendimento no sentido de que a nova regra veio a tutelar as pessoas que saíram do campo para trabalhar na cidade, no êxodo rural, e que não conseguem se aposentar por não possuírem atividade urbana suficiente à carência, mesmo tendo décadas de atividade rural no passado.¹⁰³

Por outro lado, o argumento de que não havia expressa disposição legal que permitisse essa possibilidade, eis que não foi modificada, tampouco revogada o impeditivo constante no § 2º do art. 55 da Lei nº 8.213/91, era utilizado por outra vertente doutrinária a fim de impossibilitar o deferimento do pedido.

Nesse sentido, a Súmula nº 76 da TNU: “a averbação de tempo de serviço rural não contributivo não permite majorar o coeficiente de cálculo da renda mensal inicial de aposentadoria por idade previsto no art. 50 da Lei nº 8.213/91”.¹⁰⁴

Ora, segundo esse entendimento, não é permitido ao segurado urbano - que nessa categoria se aposente por idade - se utilizar do período trabalhado enquanto segurado especial para majorar a renda mensal inicial desse benefício.

¹⁰³ FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. 2012, p. 40.

¹⁰⁴ BRASIL. Turma Nacional de Uniformização. Súmula nº 76. A averbação de tempo de serviço rural não contributivo não permite majorar o coeficiente de cálculo da renda mensal inicial de aposentadoria por idade previsto no art. 50 da Lei nº 8.213/91. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=76>>. Acesso em 11/11/2015.

Contudo, o permissivo da Súmula em comento é tão só impossibilitar a contagem de tempo laborado enquanto trabalhador rural para majorar o salário de benefício da aposentadoria etária híbrida ou mista, nada dispondo acerca da utilização desse período para a concessão do benefício em questão, caindo em equívoco aqueles que se utilizarem desse Enunciado com a pretensão de indeferir os pedidos de concessão de aposentadoria por idade híbrida ou mista.

Como visto, a divergência doutrinária e jurisprudencial consubstanciava-se na contagem do período rural preteritamente laborado pelo então Segurado Urbano para a concessão do benefício previdenciário retro. Em relação à majoração do valor desse benefício, contudo, não havia maiores divergências, eis que o próprio dispositivo legal previa que tal ocorreria somente quando consideradas as contribuições previdenciária vertidas pelo segurado urbano.

Dessa forma, o Enunciado nº 76 da TNU apenas afasta a possibilidade da contagem do tempo rural para majoração do benefício, tal qual dispõe o § 4º do art. 48 da Lei nº 8.213/91, uma vez se levar em consideração os salários-de-contribuição vertidos ao longo do período contributivo, o que não ocorre, entretanto, na condição de segurado especial.

Diante do cenário de incerteza e insegurança jurídica sobre a correta interpretação a ser conferida às inovações introduzidas pela Lei nº 11.718/2008, o Superior Tribunal de Justiça julgou, em 14.10.2014, com relatoria do Ministro Herman Benjamin, o Recurso Especial nº 1.407.613/RS, tratando-se especificamente da matéria, ementado da seguinte maneira:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, §§ 3º e 4º, DA LEI 8.213/91. TRABALHO URBANO E RURAL NO PERÍODO DE CARÊNCIA. REQUISITO. LABOR CAMPESINO NO MOMENTO DO IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO OU DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA AFASTADA. CONTRIBUIÇÕES. TRABALHO RURAL. CONTRIBUIÇÕES. DESNECESSIDADE.

[...] 6. Sob o ponto de vista do princípio da dignidade da pessoa humana, a inovação trazida pela Lei 11.718/2008 consubstancia correção de distorção da cobertura previdenciária: situação daqueles segurados rurais que, com a crescente absorção da força de trabalho campesina pela cidade, passam a exercer atividade laborais diferentes das lides do campo, especialmente quanto ao tratamento previdenciário.

7. Assim, a denominada aposentadoria por idade híbrida ou mista (art. 48, §§ 3º e 4º, da Lei 8.213/91) aponta pra um horizonte de equilíbrio entre as evolução das relações sociais e o Direito, o que ampara aqueles que efetivamente trabalharem e repercute, por conseguinte, na redução dos conflitos submetidos ao Poder Judiciário.

8. Essa nova possibilidade de aposentadoria por idade não representa desequilíbrio atuarial, pois, além de exigir idade mínima equivalente à aposentadoria por idade urbana (superior em cinco anos à aposentadoria rural), conta com lapso de contribuição direta do segurado que a aposentadoria por idade rural não exige.

9. Para o sistema previdenciário, o retorno contributivo é maior na aposentadoria por idade híbrida do que se o mesmo segurado permanecesse exercendo atividade exclusivamente rural, em vez de migrar para o meio urbano, que representará, por certo, expressão jurídica de amparo das situações de êxodo rural, já que, até então, este fenômeno culminava em severa restrição de direitos previdenciários aos trabalhadores rurais.

10. Tal constatação é fortalecida pela conclusão de que o disposto no art. 48, §§ 3º e 4º, da Lei 8.213/91 materializa previsão constitucional da uniformidade e equivalência entre os benefícios destinados às populações rurais e urbanas (art. 194, II, da CF), o que torna irrelevante a preponderância de atividade urbana ou rural para definir a aplicabilidade da inovação legal aqui analisada.

11. Assim, seja qual for a predominância do labor misto no período de carência ou o tipo de trabalho exercido no momento do implemento do requisito etário ou do requerimento administrativo, o trabalhador tem direito a se aposentar com as idades citadas no § 3º do art. 48 da Lei 8.213/91, desde que cumprida a carência com a utilização de labor urbano ou rural. Por outro lado, se a carência foi cumprida exclusivamente com trabalhador urbano, sob esse regime o segurado será aposentado (caput do art. 48), o que vale também para o labor exclusivamente rurícola (§§ 1º e 2º da Lei 8.213/91).

12. Na mesma linha do que aqui preceituado: REsp 1.376.479/RS, Rel. Ministro Mauro Campbel Marques, Segunda Turma, Julgado em 04.09.2014, pendente de publicação.

14. Observando-se a conjugação de regimes jurídicos de aposentadoria por idade no art. 48, § 3º, da Lei 8.213/91, denota-se que cada qual deve ser observado de acordo com as respectivas regras.

15. Se os arts. 26, III, e 39, I, da Lei 8.213/91 dispensam o recolhimento de contribuições para fins de aposentadoria por idade rural, exigindo apenas comprovação de labor campesino, tal situação deve ser considerada para fins do cômputo da carência prevista no art. 48, § 3º, da Lei 8.213/91, não sendo, portanto, exigível o recolhimento das contribuições. [...] ¹⁰⁵

Dessa feita, em âmbito Judicial, assentou-se o entendimento segundo o qual a correta interpretação a ser conferida às inovações introduzidas pela Lei nº 11.718/2008 é de que a modalidade de aposentadoria por idade mista ou híbrida foi criada com o objetivo de resguardar os direitos daqueles trabalhadores rurais que, temporária ou definitivamente, abandonaram o labor campesino para empreenderem atividade urbana. Nesse sentido, ainda que a expressa disposição legal do § 3º do art. 48 da Lei nº 8.213/91 se refira à "trabalhador rural", deve-se entender, em leitura sistêmica-constitucional, que tal ocorre em prol à atividade por si desenvolvida, seja em momento remoto ou contemporâneo ao requerimento do respectivo benefício previdenciário.

Fixada, pois, a tese supracitada em âmbito do Superior Tribunal de Justiça, necessário se fez o reconhecimento desse posicionamento pelos Tribunais inferiores, de forma

¹⁰⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial nº 1.407.613/RS. 2ª Turma. DIREITO PREVIDENCIÁRIO, Benefícios em Espécie, Aposentadoria por Idade (Art. 48/51), Rural (Art. 48/51). DIREITO PREVIDENCIÁRIO, Tempo de serviço, Averbção/Cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador). DIREITO PREVIDENCIÁRIO, Disposições Diversas Relativas às Prestações, Períodos de Carência. Relator Min. HERMAN BENJAMIN. Julgado em 14/10/2014. Disponível em:

<<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201301513091&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos>>. Acesso em 16/11/2015.

a se alinhar ao novo entendimento consolidado. Assim, a TNU julgou a matéria em 12.11.2014 através do Processo nº 5000957-33.2012.404.7214, reconhecendo que o entendimento sedimentado em âmbito da TNU foi rechaçado pelo julgamento do STJ, fazendo-se necessário, pois, que esse Tribunal Nacional se alinhasse àquele posicionamento, o que, de fato, ocorreu.

Ora, notadamente o julgado do STJ representou um importante avanço social no que se refere à Previdência Social Rural, uma vez que se coaduna aos imperativos legais constitucionais sobre a matéria, em especial a igualdade de concessão dos benefícios previdenciários às populações urbana e rural. Se, por um lado, verificava-se a sedimentação de interpretação diversa pela Autarquia Previdenciária, de outro, notava-se que o Poder Judiciário se encaminhava no mesmo rumo, de forma a restringir os direitos previdenciários aos Segurados Especiais. Em contramão à injustiça social que se consolidava, o Superior Tribunal de Justiça fixou tese segundo a qual as inovações legislativas trazidas pela Lei nº 11.718/2008 devem ser interpretadas de forma extensivas, o que representa grande avanço social na matéria.

Resta, pois, analisar os consectários gerais desse julgado e verificar a coadunação e contemporaneidade desse instituto jurídico em âmbito Executivo e Judiciário, a fim que se verifique o desenvolvimento dessa modalidade de aposentadoria etária pós julgado paradigmático.

3.4 A Contemporaneidade do Instituto Jurídico da Aposentadoria por Idade Mista ou Híbrida

Diante do cenário exposto, resta analisar a contemporaneidade da modalidade de aposentadoria etária introduzida no ordenamento jurídico pela Lei nº 11.718/2008.

Conforme se verificou, o resguardo dos interesses das populações rurais e a proteção dos seus respectivos direitos fizeram com que a Previdência Social Rural se desenvolvesse ao longo dos tempos de forma a aproximar-se da realidade vivenciada por esses trabalhadores.

Extraí-se, do histórico previdenciário brasileiro, que houve uma paulatina evolução no que concerne à área rural, desde o advento de benefícios previdenciários voltados a essa população - representada pela Lei Complementar nº 11/1971 - até o reconhecimento da igualdade de concessão dos benefícios previdenciários às populações urbanas e rurais com a promulgação da Constituição de 1988 e Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 1991.

Assim, o que se verifica no cenário rural é a crescente proteção dos trabalhadores camponeses no setor previdenciário, representada, a título de exemplo, pelo reconhecimento em âmbito constitucional de modalidade própria de aposentadoria por idade, grande avanço em prol a esses trabalhadores, sendo o único benefício previdenciário previsto no corpo da Constituição de 1988.

Logo, ao legislador infraconstitucional caberia a instituição de normas que permitissem que os mandamentos constitucionais protetivos à população rural irradiassem seus efeitos de maneira efetiva. Se assim não o fizesse, ao Judiciário caberia verificar se no caso concreto o Ente Autárquico observou as premissas constitucionais relacionadas à matéria.

A proteção constitucional ora levantada consubstancia-se no reconhecimento do labor do campo como trabalho que permite aposentadoria por idade reduzida; no reconhecimento de que as dificuldades inerentes ao meio rural fazem com que o trabalhador rural por vezes não detenha os documentos imprescindíveis à concessão dos respectivos benefícios previdenciários, o que pode ser elidido com a comprovação desse labor por outros meios; no reconhecimento de princípios próprios e autônomos referente a matéria previdenciária rural; na previsão de modalidade própria de segurado obrigatório, qual seja, o Segurado Especial, com requisitos e características próprias; na previsão de fonte de custeio distinta para esses trabalhadores e com características próprias, dentre outras previsões, expressas ou implícitas nas normas constitucionais ou infraconstitucionais que fazem com que o trabalhador rural tenha tratamento distinto quanto aos benefícios previdenciários.

Dessa forma, tratando-se de requerimento administrativo ou demanda judicial, há-se de ser verificado que a Previdência Social Rural tem sistema contributivo, atuarial e comprobatório próprio, o que enseja, na análise do caso concreto, interpretação que se coadune a esse sistema autônomo.

Nesse sentido, não cabe à Autarquia Previdenciária conferir interpretação restritiva aos benefícios previdenciários rurais quando de sua criação ou modificação, sob

pena de infringir os princípios constitucionais inerentes à matéria. De igual forma, salvo excepcionalmente, a interpretação que reconheça as peculiaridades do labor rural empreendido para conferir os respectivos direitos previdenciários a quem de direito é a que melhor se harmoniza com o texto constitucional.

Assim, a restrição desses direitos pelo Poder Judiciário de igual forma culmina em prejuízo aos trabalhadores rurais, uma vez que restará a eles tão somente o requerimento de benefícios assistenciais, que, conforme se verificou, representa estágio já superado em âmbito previdenciário rural, vez que o labor empreendido pelo trabalhador rural não era levado a efeito, eis que não reconhecido como sistema previdenciário próprio.

A divergência jurisprudencial acerca dos institutos jurídicos correlatos à atividade campesina, de igual forma, representa prejuízo aos mandamentos constitucionais sobre a matéria, gerando insegurança jurídica e, por vezes, ensejando o não reconhecimento do labor rural efetivamente empreendido.

Nesse sentido, quando da promulgação da Lei nº 11.718/2008 e consequente criação de nova modalidade de aposentadoria por idade, à Autarquia Previdenciária bem como ao Poder Judiciário caberia interpretação que se coadunasse à proteção constitucional existente em relação aos trabalhadores rurais.

Porém, conforme visto, tal não ocorreu. Em primeiro momento, o limbo previdenciário até então existente em relação aos segurados especiais que, ao longo da vida, exerceram tanto atividade rural quanto atividade urbana, continuou existindo, eis que havia interpretação distinta em âmbito do Poder Executivo quanto aos requisitos necessários para concessão do benefício supra.

Em síntese, a Autarquia Previdenciária e o Conselho de Recursos da Previdência Social adotaram interpretações distintas quanto ao benefício hodierno. Se, por um lado, o requerimento administrativo devia se consubstanciar em labor rural empreendido em momento imediatamente anterior ao pedido, somado ao período contributivo na modalidade urbana, por outro, o CRPS se filiava à corrente segundo a qual entendia prescindível o enquadramento como segurado especial no momento do requerimento para concessão do benefício em questão. Diante desse cenário, o Ministério da Previdência Social acolheu Parecer Jurídico emitido pela AGU, dispondo que tal modalidade de aposentadoria etária era devida tão só àqueles trabalhadores rurais que, nessa condição, requeressem o respectivo direito.

Em segundo momento de controvérsia acerca do assunto, a jurisprudência das Turmas Recursais Federais eram conflitantes entre si, ensejando julgamento de Pedido de Uniformização pela TNU, o que não representou, como se esperava, a superação do assunto, uma vez que a divergência jurisprudencial continuava assentada em relação a esse instituto jurídico.

Dessa forma, desde sua criação, a aposentadoria por idade híbrida ou mista caracterizou-se pela insegurança jurídica, não havendo, até o julgamento paradigmático do STJ, tese fixada em torno dos Tribunais que conferisse a esse instituto interpretação em consonância com a Constituição. Ao revés, aos benefícios previdenciários rurais conferiu-se características de assistência social, em flagrante retrocesso ao sistema já consolidado.

De todo modo, enfrentada a questão pelo STJ, assentou-se o entendimento segundo a qual é possível a concessão do benefício retro ainda que o requerimento administrativo ou judicial seja feito por segurado urbano. Fora as explanações dadas pelo Superior Tribunal de Justiça, cabe ressaltar os motivos pelos quais tal entendimento é o que melhor se coaduna à sistemática própria da previdência social rural.

Salienta-se, de início, que com a evolução histórica previdenciária atinente à matéria rural, os benefícios de assistência social deixaram de ter como destinatário essa população campestre, o que representou importante salto social em âmbito previdenciário. Uma vez inserido na sistemática hodierna, permite-se ao trabalhador rural a possibilidade de receber benefícios não previstos pelo antigo sistema assistencialista.

Ademais, com a promulgação da Constituição de 1988 e seus princípios norteadores, em especial aqueles referente à igualdade entre o trabalhador rural e urbano, o sistema jurídico voltado à Previdência Social Rural passou a se coadunar à igualdade então estabelecida, de forma a resguardar os direitos dessa população.

Tanto é assim que normas posteriores passaram a estabelecer condições mais benéficas aos trabalhadores rurais, ora simplificando os contratos de trabalho no meio campestre - com vistas à combater a informalidade no campo -, ora estabelecendo critérios próprios e mais favoráveis à concessão de benefícios previdenciários a essa população, seja por meio de facilitação da comprovação da atividade rural ou por previsão expressa de características particulares na contribuição para o sistema previdenciário.

Dessa forma, em respeito aos princípios da vedação do retrocesso social e da igualdade de concessão de benefícios previdenciários às populações urbana e rural,

respeitando as peculiaridades de cada realidade social, o Sistema Previdenciário Rural ganhou foco à medida que inseria mais e mais os trabalhadores do meio campesino na sistemática previdenciária, ainda que com distinções de determinados institutos jurídicos. Tais distinções, como visto, decorrerem não só pelas dificuldades inerentes à vida do campo, mas também porque tais segurados especiais foram postos à margem do então incipiente sistema previdenciário destinado unicamente aos trabalhadores urbanos.

Nesse sentido, deve prevalecer o entendimento que melhor se coadune às regras norteadoras desse Sistema Previdenciário Rural, evitando, assim, interpretações apartadas desse contexto histórico e social.

Logo, quando da promulgação da Lei nº 11.718/2008, com a consequente criação da modalidade de aposentadoria por idade híbrida ou mista, à Autarquia Previdenciária incumbiria a efetivação das proteções constitucionais em relação aos segurados especiais, tarefa também do Poder Judiciário, reconhecendo-se que tal norma foi criada em reconhecimento à precariedade das condições de trabalho rural e com objetivo de superar o problema do "limbo previdenciário" em que viviam inúmeros segurados urbanos ou rurais que exerceram atividades diversas ao longo da vida. Dessa forma, pelo Poder Executivo foi expedido o Decreto nº 6.722/2008, inserindo ao art. 51 da RPS o § 4º, segundo o qual é possível ao segurado a concessão do benefício da aposentadoria etária híbrida ou mista, ainda que no momento do requerimento não se enquadre na modalidade de trabalhador rural.

Entretanto, conferiu-se a esse dispositivo interpretação diversa, adotando-se o entendimento que o objetivo da referida norma é apenas resguardar o direito adquirido pelo trabalhador rural. Porém, conforme se verificou, uma vez preenchidos os requisitos do respectivo benefício previdenciário, o não exercício imediato desse direito não enseja em sua perda.

De igual modo, ainda que a Lei em questão tenha previsto expressamente a figura do trabalhador rural como beneficiário dessa inovação normativa, há-se de interpretar essa disposição de maneira que se coadune à Constituição.

Primeiramente, a aposentadoria por idade híbrida ou mista tem como destinatário o trabalhador rural, eis que permite contar o período por si laborado a fim de satisfazer os requisitos necessários para sua concessão. Assim, independentemente da condição de segurado em que preencha o requisito ou solicite o requerimento administrativo - ou demande junto ao Judiciário - o beneficiário final será, de igual forma, o trabalhador rural,

pelas mesmas razões já explicitadas. Trata-se de norma criada para superar a situação em que uma mesma pessoa exerce, ao longo da vida, tarefas urbanas e rurais, denominado "limbo previdenciário". Logo, o labor empreendido pelo trabalhador rural, ainda que pretérito ou contemporâneo ao requerimento do benefício, será contado para a concessão do respectivo direito.

Fora isso, ainda que deste modo não se interprete a Lei em comento, a expressão "trabalhador rural" empregado pela norma é dissonante aos princípios norteadores da matéria, além de não se harmonizar com o sistema previdenciário rural, tendo em vista que se interpretado isoladamente ensejaria o não reconhecimento do labor rural exercido pelo segurado urbano que, nesta condição, requeira a concessão do benefício retro. Sendo assim, há-se de se interpretar dita expressão segundo hermenêutica constitucional que iguale a concessão dos benefícios previdenciários tanto à população rural quanto urbana.

Mais do que isso, conferir ao § 3º do art. 48 da Lei nº 8.213/91 interpretação restritiva representaria sua não aplicação às situações enquadradas no êxodo rural, qual é mais comumente verificada na realidade campesina. Limitar-se sua eficácia aos casos em que o segurado urbano deixou a cidade em busca de melhores condições na área rural significa que apenas parcela mínima de trabalhadores rurais seriam beneficiados com essa norma.

Ademais, uma vez que o labor rural integra o sistema de previdência social, tem-se que seu exercício confere ao segurado direito de contar esse trabalho para concessão do benefício de aposentadoria por idade híbrida ou mista. Se assim não o fosse, o labor rural empreendido preteritamente ao exercício de trabalho urbano seria tido como inexistente, gerando graves consequências aos trabalhadores rurais que não preenchessem os requisitos para deferimento do benefício de aposentadoria etária rural pura ou urbana.

Dessa forma, comprovada a atividade exercida em meio rural, tal deve ser computada para fins de concessão do respectivo benefício previdenciário, ainda que não se comprove o efetivo recolhimento de contribuições para o sistema previdenciário, uma vez ser este, em diversos casos, dispensados pelo ordenamento jurídico. Não se trata de ignorar a forma contributiva em âmbito rural, mas sim o reconhecimento de que as dificuldades atinentes a esse meio impedem que seja adotado, de imediato, sistema contributivo puro para concessão de benefícios previdenciários rurais.

Não resta, pois, entendimento diverso que melhor se coadune aos mandamentos constitucionais relacionados à matéria.

Entretanto, ainda que superada a questão em âmbito Judicial, o Conselho Pleno do Conselho de Recursos da Previdência Social continua a indeferir os pedidos de concessão de aposentadoria por idade mista ou híbrida quando feito por segurado não trabalhador rural, tendo por base o disposto no já superado Parecer nº 19 da AGU, restando como única alternativa ao segurado demandar na esfera judicial.

A estagnação hermenêutica sedimentada em âmbito administrativo representa flagrante retrocesso social, vez que se utiliza de interpretação superada para denegar direito aos trabalhadores que já exerceram atividade rural.

Nesse sentido, caberia ao Poder Executivo assentar novo entendimento sobre esse instituto jurídico, ante as mudanças por si sofrida ao longo do tempo, seja por meio de novo Parecer Jurídico ou mesmo por Decreto.

De igual forma, ainda que seja assentado em âmbito Judicial o entendimento ora defendido, reputa-se necessária a adoção de Enunciado Vinculante pelos Tribunais Superiores com expressa previsão de que o benefício criado pela Lei nº 11.718/2008 é devido ainda que no momento do requerimento administrativo ou judicial o segurado não se enquadre na modalidade de trabalhador rural, independentemente se o período do labor rural é remoto ou contemporâneo ao pedido.

Se assim previsto, ainda que a atividade rural seja desenvolvida com grande interstício temporal em relação ao trabalho urbano, aquele período será considerado para fins de concessão do benefício hodierno.

Assente esse posicionamento em âmbito Executivo e Judicial, ao segurado especial restaria prévio conhecimento de concessão de seu direito, vez que a insegurança jurídica atinente a esse instituto jurídico não mais existiria. Logo, elevar-se-ia o trabalho exercido em âmbito rural à condição mais benéfica, eis que se reconheceria esse lapso temporal para cumprimento do requisito de carência para concessão do respectivo benefício previdenciário.

Assim, demonstra-se a importância da consolidação de interpretação consoante à ordem constitucional estabelecida, tanto para tutelar os direitos dos trabalhadores camponeses, como para resguardar a segurança jurídica no sistema previdenciário rural, em vistas à conferir a esses trabalhadores rurais a igualdade de concessão dos benefícios previdenciários.

CONCLUSÃO

Conforme visto, a abordagem que se conferiu à Previdência Social Rural ao longo de seu histórico é de reconhecimento ao labor empreendido pelos seus segurados, quais passam a ser regidos, a partir da Constituição Federal de 1988, com igualdade em relação aos benefícios previdenciários concedidos à população urbana, de forma a conferir direitos até então não concedidos à população rural.

Ademais, a importância de introduzir o segurado rural no Sistema de Previdência Social também se traduz na inserção de benefício previdenciário etário no corpo da Constituição, resguardando de forma especial os seus interesses, bem como lhe conferindo maiores condições de usufruir esses direitos.

A aposentadoria por idade rural pura é exemplo dessa preocupação do constituinte com a questão rural, eis que permite ao segurado especial que tenha desempenhado seu labor em regime de economia familiar se aposentar com idade diferenciada, quando em comparação ao segurado urbano. Não só o período etário é diminuído como também o requisito de carência ganha características próprias. Enquanto a carência no regime de previdência urbana se conta a partir das contribuições previdenciárias efetivamente vertidas à Previdência Social, no caso do segurado especial, a carência é contada pelo labor rural comprovado.

Mister a necessidade dessa distinção, eis que a Previdência Social Rural mostra-se deficitária quanto em relação à urbana, tanto pela recorrente informalidade de contrato de trabalho no âmbito campesino como pela previsão de fonte de custeio diversa, o que enseja que o labor rural seja comprovado por outros meios probatórios que não relacionados à contribuição direta para a Previdência Social.

Ora, sendo assim, aos Poderes Executivo e Judiciário incumbiria a verificação e validação dessa atividade rural preteritamente exercida pelo segurado, a partir de todo o acervo probatório que se dispusesse a comprová-la, considerando que muitas vezes o segurado especial não detém os documentos probatórios no momento do requerimento do benefício previdenciário, fazendo-se necessário a correlação de outras provas ao longo do processo judicial ou administrativo.

Nesse sentido, tem-se que o Sistema Previdenciário Rural se desenvolveu, no Brasil, pelo reconhecimento das dificuldades e peculiaridades inerentes à atividade

campesina, o que ensejou, por parte do legislador constituinte, a atribuição de características próprias quanto a concessão de benefícios previdenciários à população rural.

Respeitar-se-á os preceitos constitucionais atinentes à matéria previdenciária rural no momento em que, infraconstitucionalmente, instituir-se meios próprios para a validação do labor rural, conferindo, em consequência, os respectivos benefícios previdenciários à população rural.

Assim entendida a Previdência Social Rural, há-se de analisar o benefício de aposentadoria por idade mista ou híbrida criada pela Lei nº 11.718/2008 de forma a se coadunar com os preceitos constitucionais atinentes à matéria.

Logo, considerando os aspectos históricos e principiológicos relacionados à Previdência Social Rural, a interpretação e aplicação do benefício hodierno deve se harmonizar com a estrutura previdenciária rural existente. Assim, tem-se que esse benefício foi criado a fim de superar a questão do limbo previdenciário, situação em que um segurado exerceu, ao longo de sua vida, tanto atividade urbana quanto atividade rural, porém não preenchendo os requisitos para concessão da aposentadoria por idade urbana ou rural, considerados esses períodos de forma isolada.

Nesse sentido, ainda que a Lei nº 11.178/2008 disponha expressamente acerca do trabalhador rural como beneficiário da aposentadoria por idade mista ou híbrida, verifica-se que o indeferimento do pedido feito por segurado urbano que pleiteia a concessão do benefício retro enseja em contradição ao princípio constitucional de igualdade de concessão dos benefícios previdenciários às populações urbana e rural.

Ora, uma vez que a Lei nº 11.718/2008 se consubstancia, entre outros preceitos, na superação do problema do limbo previdenciário, a hermenêutica que entenda não ser essa Lei aplicável aos segurados urbanos acaba por tirar dela sua pretensa eficácia, uma vez que não se aplicaria ao fenômeno conhecido como êxodo rural, em que trabalhadores rurais abandonam o campo para tentarem melhores condições de vida nas grandes cidades.

Se assim se interpretasse, ter-se-ia que a norma em questão se aplica tão somente aos segurados enquadrados no fenômeno do êxodo urbano, em que há um retorno dos trabalhadores campesinos à área rural que abandonaram preteritamente. Entretanto, se assim o fosse, apenas pequena parcela dos trabalhadores rurais seria beneficiada pela norma supra, vez que aqueles segurados que exerceram atividade rural em tempo remoto não

poderiam contar com esse período para concessão da aposentadoria por idade mista ou híbrida.

Desse modo, a interpretação e a aplicação da norma em questão deve se ampliar de maneira que atinja a população campesina que, preteritamente, tenha abandonado o labor rural para exercerem atividade urbana.

Ora, assim há de se entender o benefício previdenciário insculpido na Lei nº 11.718/2008, vez que é a interpretação que melhor se coaduna com o sistema previdenciário rural, bem como aos preceitos constitucionais atinentes à matéria, eis que, do contrário, o labor rural empreendido no passado seria tido como inexistente para fins previdenciários, o que representa uma afronta ao regime da Seguridade Social.

Logo, faz jus ao benefício previdenciário da aposentadoria por idade mista ou híbrida tanto o trabalhador rural que, nessa condição, requeira a concessão do benefício retro, quanto o segurado urbano, assim enquadrado no momento do pedido, vez que, conforme preceitua a Constituição Federal, haverá igualdade na concessão de benefícios previdenciários às populações urbanas e rurais.

A Jurisprudência pátria, como verificado, assentou, há muito, entendimento nesse sentido. Porém, observa-se que até o momento a Autarquia Previdenciária continua a aplicar superado entendimento no sentido de não conceder o benefício ora analisado aos segurados urbanos, uma vez tratar-se de direito destinado aos trabalhadores rurais.

Assim, mister a necessidade do Poder Executivo adotar novo entendimento acerca da matéria, ante as modificações sofridas pelo instituto jurídico em questão e diante da insegurança jurídica gerada e dissonância interpretativa frente ao Poder Judiciário.

De igual forma, visto tratar-se de matéria previdenciária de importância reconhecida, ao Poder Judiciário incumbe a tarefa de sedimentar o entendimento retro em forma de Súmula, a fim de garantir a necessária segurança jurídica no Sistema Previdenciário Rural.

REFERÊNCIAS

BERWANGER, Jane Lúcia Wilhelm, ZAVASCKI, Liane Tabarelli. **A contribuição previdenciária rural na interpretação do supremo tribunal federal**. Revista de Direito Social – ANO X – JAN./MAR. 2010 – Nº 37.

_____. **Desmestificando o cômputo do período de atividade rural posterior a novembro de 1991**. Revista de Direito Social – ANO IX – ABR./JUN. 2008 – Nº 34.

BEVERIDGE, Sir William. **Social insurance and allied services**. London: His Majesty's Stationery Office, 1942. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/bwho/v78n6/v78n6a17.pdf>>. Acesso em 14/10/2015.

BRANDÃO, Alonso Caldas. **Repertório da previdência social: notícia histórica, legislação, jurisprudência**. Rio de Janeiro: Imprensa, 1953.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 10.666**. Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 4.657**. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Lei nº 8.213**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Advocacia-Geral da União. **Súmula nº 27**. Para concessão de aposentadoria no RGPS, é permitido o cômputo do tempo de serviço rural exercido anteriormente à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, independente do recolhimento das contribuições sociais respectivas, exceto para efeito de carência. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/28327>>. Acesso em 23/09/2015.

_____. Advocacia-Geral da União. **Súmula nº 32**. Para fins de concessão dos benefícios dispostos nos artigos 39, inciso I e seu parágrafo único, e 143 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, serão considerados como início razoável de prova material documentos públicos e particulares dotados de fê pública, desde que não contenham rasuras ou retificações recentes, nos quais conste expressamente a qualificação do segurado, de seu cônjuge, enquanto casado, ou companheiro, enquanto durar a união estável, ou de seu ascendente, enquanto dependente deste, como rurícola, lavrador ou agricultor, salvo a existência de prova em contrário. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/28332>>. Acesso em 14/11/2015.

_____. Conselho de Recurso da Previdência Social. **Súmula nº 22**. Considera-se segurada especial a mulher que, além das tarefas domésticas, exerce atividades rurais com o grupo familiar respectivo, aproveitando-se-lhe as provas materiais apresentadas em nome de seu

cônjuge ou companheiro, corroboradas por meio de pesquisa, entrevista ou Justificação Administrativa. Disponível em: <<http://www.legjur.com/sumula/busca?tri=crps>>. Acesso em 14/11/2015.

_____. Medida Provisória nº 410. **Exposição de Motivos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Exm/EMI-40-MF-MPS-MTE.htm>. Acesso em 25/11/2015.

_____. Medida Provisória nº 410. **Exposição de Motivos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Exm/EMI-40-MF-MPS-MTE.htm>. Acesso em 25/11/2015.

_____. Medida Provisória nº 410. **Emenda Aditiva nº 43**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=13/02/2008&paginaDireta=01340>>. Acesso em 16/11/2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 272**. O trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente faz jus à aposentadoria por tempo de serviço, se recolher contribuições facultativas. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp?livre=%40docn&&b=SUMU&p=false&l=10&i=281>>. Acesso em 13/10/2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Agravo Regimental nº 4.148/SP. 3ª Turma. **Direito Processual Civil e do Trabalho**. Relatora Min. Maria Thereza de Assis Moura. Julgado em 26/09/2012. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200802607575&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>>. Acesso em 14/10/2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial nº 304.479/SP. 2ª Turma. **Direito Tributário, Contribuições, Contribuições Especiais, FGTS / Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço**. Relator Min. LAURITA VAZ. Julgado em 31/08/2001. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200100199208&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos>>. Acesso em 01/11/2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial nº 1.115.892/SP. 5ª Turma. **Direito previdenciário, benefícios em espécie, Aposentadoria por Idade (Art. 48/51), Rural (Art. 48/51)**. Relator Min. Felix Fischer. Julgado em 13/08/2009. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200900052765&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos>>. Acesso em 02/11/2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial nº 1.407.613/RS. 2ª Turma. **Direito previdenciário, benefícios em espécie, aposentadoria por idade (art. 48/51), rural (art. 48/51).direito previdenciário, tempo de serviço, averbação/cômputo de tempo de serviço rural (empregado/empregador). Direito previdenciário, disposições diversas relativas às prestações, períodos de carência**. Relator Min. HERMAN BENJAMIN .

Julgado em 14/10/2014. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201301513091&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos>. Acesso em 16/11/2015.

_____. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Acórdão. Recurso de Apelação. 5ª Turma. **Aposentadoria por Idade - Urbana (art. 48/51)**. Relator Juiz Federal Ezio Teixeira. Julgado em 16/12/2010. Disponível em: http://www2.trf4.gov.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=trf4&documento=3458010&hash=6bd2c471c9b372f326c673885a91ca04. Acesso em 13/11/2015.

_____. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Acórdão. Recurso de Apelação. 5ª Turma. **Aposentadoria por Idade - Rural (art. 48/51)**. Relator Juiz Federal Rogerio Favreto. Julgado em 17/11/2011. Disponível em: http://www2.trf4.gov.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=trf4&documento=4667809&hash=e476677fcc117acd002a6b384cbc158c. Acesso em 13/11/2015.

_____. Turma Nacional de Uniformização. **Súmula nº 6**. A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade rurícola. Disponível em: <https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=6>. Acesso em 14/11/2015.

_____. Turma Nacional de Uniformização. **Súmula nº 30**. Tratando-se de demanda previdenciária, o fato de o imóvel ser superior ao módulo rural não afasta, por si só, a qualificação de seu proprietário como segurado especial, desde que comprovada, nos autos, a sua exploração em regime de economia familiar. Disponível em: <https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=30>. Acesso em 15/09/2015.

_____. Turma Nacional de Uniformização. **Súmula nº 41**. A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto. Disponível em: <https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=41>. Acesso em 15/09/2015.

_____. Turma Nacional de Uniformização. **Súmula nº 44**. Para efeito de aposentadoria urbana por idade, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para concessão do benefício, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente. Disponível em: <https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=44>. Acesso em 17/10/2015.

_____. Turma Nacional de Uniformização. **Súmula nº 46**. O exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto. Disponível em: <https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=46>. Acesso em 21/09/2015.

_____. Turma Nacional de Uniformização. **Súmula nº 54**. Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima. Disponível em: <https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=54>. Acesso em 18/10/2015.

_____. Turma Nacional de Uniformização. **Súmula nº 76.** A averbação de tempo de serviço rural não contributivo não permite majorar o coeficiente de cálculo da renda mensal inicial de aposentadoria por idade previsto no art. 50 da Lei nº 8.213/91. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=76>>. Acesso em 11/11/2015.

_____. Turma Nacional De Uniformização. Acórdão. Incidente De Uniformização Nº 0005166-97.2010.4.01.4300. **Previdenciário. Aposentadoria por idade de trabalhadora rural. Documentos idôneos. Início de prova material. Súmula 14 da TNU. Questão de ordem nº. 20. Incidente parcialmente provido.** Relator Juíza Federal Herculano Martins Nacif. Julgado em 17/04/2013. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/phpdoc/virtus/>>. Acesso em 23/10/2015.

BRITO, Joana de. **A seguridade social nas constituições brasileiras: origem e evolução histórica.** Revista de Direito Social – ANO IX – JAN./MAR. 2009 – Nº 33.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário.** 11. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

CORDEIRO, Marcel. **Previdência social rural.** Campinas: Millenium Editora, 2008.

FOLMANN, Melissa; SOARES, João Marcelino. **Aposentadoria por idade: teoria e prática.** Curitiba: Juruá, 2012.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário.** 19. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2007) Políticas sociais: acompanhamento e análise. Nº13. Brasília. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/BPS_13_completo13.pdf>. Acesso em 12/11/2015.

KERTZMAN, Ivan. **Questões comentadas de direito previdenciário.** Salvador: JusPodivm, 2013.

LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro. **Aposentadoria por Idade.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. **Manual de direito previdenciário.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LEITE, Lucas Guilherme Dourado. **Segurado especial: a dificuldade de comprovação da atividade rural.** Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/30237/segurado-especial-a-dificuldade-de-comprovacao-da-atividade-rural>>. Acesso em 06/10/2015.

LIMA, Valter Sarro de. **Aposentadoria por idade mista.** Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/24976/aposentadoria-por-idade-mista>>. Acesso em 09/11/2015.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de Direito Previdenciário.** São Paulo: LTr, 2011.

MENDES, Danilo Bueno. **Da aposentadoria por idade rural na sistemática da lei nº 11.718/2008**. Revista de Direito Social – ANO XI – JUL./AGO. 2012 – Nº 49.

NASCIMENTO, Márcio Augusto. **Aposentadoria por idade mista - a inteligência do art. 48, parág. 3., da Lei 8.213/1991**. Disponível em <<http://juizadosespeciaisfederais.blogspot.com.br/2013/05/aposentadoria-por-idade-mista-rural-e.html>>. Acesso em 09/11/2015.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social**. 14. ed. Niterói: Impetus, 2012.

SANTOS, Janaina Aparecida dos. TAVARES, Rosana. **Aposentadoria urbana e rural frente ao sistema brasileiro de previdência social**. Disponível em: <http://www.rkladvocacia.com/arquivos/artigos/art_srt_arquivo20140121123238.pdf>. Acesso em 03/11/2015.